DocuSign Envelope ID: 58200197-79BA-40E5-A15D-DA0FCEE82D12

Tereos
Dia a dia, cultivando o futuro.

TEREOS AÇÚCAR E ENERGIA BRASIL S.A.

CNPJ nº 47.080.619/0001-17

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2024 *(em milhões de R$)*

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. ("Companhia" ou "TSEB") apresenta as Demonstrações Financeiras Individuais, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024, preparadas de acordo com o IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

BALANÇO PATRIMONIAL

(em milhões de R$)	Notas	Em 31 de março de 2024	Em 31 de março de 2023 reapresentado
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	16.5	1.778	1.397
Contas a receber	9.2	537	420
Estoques	9.1	482	470
Ativos biológicos	14	625	595
Ativos financeiros circulantes com partes relacionadas	22.2	–	92
Outros ativos financeiros circulantes	16.2	418	521
Impostos de renda a recuperar - circulantes	20	75	29
Outros ativos circulantes		9	7
Total do Ativo Circulante		**3.924**	**3.531**
Impostos diferidos	20	311	400
Ativos financeiros não circulantes com partes relacionadas	22.2	464	278
Outros ativos financeiros não circulantes	16.2	224	206
Investimentos em coligadas	13	193	147
Imobilizado	11	3.396	2.893
Ágio	10.1	272	272
Outros ativos intangíveis	10.2	132	138
Total do Ativo Não Circulante		**4.992**	**4.335**
Total do Ativo		**8.916**	**7.865**

(em milhões de R$)	Notas	Em 31 de março de 2024	Em 31 de março de 2023 reapresentado
Passivo e Patrimônio Líquido			
Financiamentos de curto prazo	16.6	1.777	1.654
Fornecedores	9.3	716	622
Outros passivos financeiros circulantes	16.3	617	525
Impostos de renda a pagar - circulantes	20	54	44
Outros passivos circulantes		–	1
Total do Passivo Circulante		**3.164**	**2.846**
Financiamentos de longo prazo	16.6	2.516	2.832
Provisões de longo prazo	21	48	46
Passivos financeiros não circulantes com partes relacionadas	22.2	608	254
Outros passivos financeiros não circulantes	16.3	133	98
Total do Passivo Não Circulante		**3.306**	**3.230**
Total do Passivo		**6.470**	**6.077**
Capital social	18.1	2.778	2.778
Reservas (prejuízos acumulados)		(185)	(854)
Outros resultados abrangentes acumulados		(147)	(135)
Total do Patrimônio Líquido		**2.446**	**1.789**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**8.916**	**7.865**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(em milhões de R$)	Notas	Exercício findo em 31 de março de 2024	Exercício findo em 31 de março de 2023 reapresentado*
Receitas	6	6.030	4.700
Custo das vendas	7	(4.089)	(3.541)
Despesas de distribuição	7	(474)	(383)
Despesas gerais e administrativas	7	(335)	(284)
Equivalência patrimonial	7/13	57	1
Outras receitas (despesas) operacionais	7	(42)	(886)
Lucro (Prejuízo) Operacional		**1.147**	**(393)**
Despesas financeiras	15	(589)	(682)
Receitas financeiras	15	227	281
Despesa Financeira Líquida		**(362)**	**(402)**
Lucro (Prejuízo) Líquido antes dos Impostos		**784**	**(794)**
Imposto de renda e contribuição social	19	(115)	269
Lucro (Prejuízo) Líquido		**669**	**(525)**
Lucro (Prejuízo) por Ação - Básico e Diluído (Em R$)	18.2	**1,0578**	**(0,8145)**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

**As informações comparativas apresentadas nessa tabela e nas seguintes foram reapresentadas devido à alteração na política contábil dos gastos com manutenção entressafra (nota 5.2).*

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

(em milhões de R$)	Exercício findo em 31 de março de 2024	Exercício findo em 31 de março de 2023
Lucro (Prejuízo) Líquido	**669**	**(525)**
Itens que são ou podem ser reclassificados para o resultado		
Reserva de hedge de fluxo de caixa	(15)	85
cujo efeito do imposto de renda	*8*	*(44)*
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	**(15)**	**85**
Total do resultado abrangente	**654**	**(440)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(em milhões de R$)	Capital social	Reservas (prejuízos acumulados)	Reserva para hedge de fluxo de caixa	Outros resultados abrangentes acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Em 1 de Abril de 2022	**2.840**	**(329)**	**(224)**	**(224)**	**2.287**
Lucro (prejuízo) líquido	–	(525)	–	–	(525)
Outros resultados abrangentes	–	–	85	85	85
Resultado Abrangente	**–**	**(525)**	**85**	**85**	**(440)**
Redução de capital	(62)	–	–	–	(62)
Equivalência patrimonial*	–	–	4	4	4
Em 31 de Março de 2023	**2.778**	**(854)**	**(135)**	**(135)**	**1.789**
Em 1 de Abril de 2023	**2.778**	**(854)**	**(135)**	**(135)**	**1.789**
Lucro (prejuízo) líquido	–	669	–	–	669
Outros resultados abrangentes	–	–	(15)	(15)	(15)
Resultado abrangente	**–**	**669**	**(15)**	**(15)**	**654**
Equivalência patrimonial*	–	–	3	3	3
Em 31 de Março de 2024	**2.778**	**(185)**	**(147)**	**(147)**	**2.446**

** Referem-se aos efeitos de transações de patrimônio líquido de controladas e coligadas, registrados de forma reflexa no patrimônio líquido da Companhia.*

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(em milhões de R$)	Notas	Para os exercícios findos em 31 de março de 2024	Para os exercícios findos em 31 de março de 2023 reapresentado
Lucro (prejuízo) líquido		**669**	**(525)**
Equivalência patrimonial	13	(57)	(1)
Amortização e depreciação	7	546	522
Ajustes ao valor justo dos ativos biológicos	14	(21)	26
Outros ajustes ao justo valor que transitam pelo resultado		41	29
Ganho (perda) na venda de ativos		(1)	(24)
Imposto de renda e contribuição social	19	115	(269)
Despesas financeiras líquidas		345	408
Impacto das variações no capital circulante		71	9
Redução (aumento) em contas a receber de clientes e outras contas a receber		*(115)*	*31*
(Redução) aumento em fornecedores e contas a pagar		*94*	*(139)*
Redução (aumento) em estoques		*(14)*	*66*
Aumento (redução) em outros itens		*106*	*50*
Variação em outras contas sem impacto no caixa (1)		16	982
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações		**1.725**	**1.155**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(42)	(30)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**1.683**	**1.125**
Caixa adquirido em incorporação		–	1
da Tereos Açúcar e Energia Cruz Alta S.A.		–	*1*
Aquisições de imobilizado e intangíveis		(801)	(531)
Aquisições de ativos financeiros		(26)	(5)
Variações em empréstimos e adiantamentos concedidos		2	5
Juros financeiros recebidos		177	140
Recebimentos com a venda de imobilizado e ativos intangíveis		3	–
Recebimentos com a venda de ativos financeiros		2	2
Dividendos recebidos		11	2
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		**(633)**	**(386)**
Ingresso de novos financiamentos	16.6	633	961
Pagamentos de financiamentos (2)	16.6	(1.089)	(1.567)
Juros financeiros pagos		(474)	(377)
Variação em ativos financeiros com partes relacionadas		(93)	(94)
Variação em passivos financeiros com partes relacionadas		354	17
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		**(669)**	**(1.061)**
Variação em caixa e equivalentes de caixa, líquida de contas garantidas		**381**	**(322)**
Caixa e equivalentes de caixa, líquido de contas garantidas em 1 de abril	16.5	1.397	1.719
Caixa e equivalentes de caixa, líquido de contas garantidas em 31 de março	16.5	1.778	1.397
Variação em caixa e equivalentes de caixa, líquida de contas garantidas		**381**	**(322)**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

(1) Os R$ 16 milhões em 31 de março de 2024 referem-se principalmente à reciclagem de instrumentos financeiros na receita líquida de R$ 13 milhões (R$ 161 milhões em 31 de março de 2024). Além disso, os R$ 982 milhões em 31 de março de 2023 referem-se principalmente à perda com impairment de ágio de R$ 752 milhões (nota 10.1) e o impairment dos ativos da unidade de Severínia de R$ 72 milhões (nota 11). (2) A linha de pagamentos de financiamentos compreende pagamentos de arrendamentos de acordo com o IFRS 16 (CPC 06 (R2)).

NOTAS EXPLICATIVAS

A. APRESENTAÇÃO DA COMPANHIA E PRÁTICAS CONTÁBEIS

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. ("Companhia" ou "Tereos" ou "TAEB") é uma companhia brasileira, tem como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar e a produção e o comércio de açúcar, etanol, energia e demais derivados da cana-de-açúcar, exploração agrícola, importação e exportação de bens, produtos e geração de energia e matéria-prima e participação em outras sociedades. O plantio de cana-de-açúcar realizado entre agosto e novembro requer um período de maturação de 12 meses para ser colhido e para as canas plantadas entre janeiro e maio são necessários até 18 meses para a colheita. A colheita ocorre no período de abril a novembro. A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e não sofre variações decorrentes de sazonalidade, mas somente da variação da oferta e demanda normais de mercado. Atualmente, a Companhia opera com seis unidades industriais. As unidades industriais existentes são as seguintes: • Unidade Cruz Alta no município de Olímpia - SP; • Unidade Severínia no município de Severínia - SP - temporariamente hibernada; • Unidade São José no município de Colina - SP; • Unidade Andrade no município de Pitangueiras - SP; • Unidade Tanabi no município de Tanabi - SP; • Unidade Mandu no município de Guaíra - SP. As demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de março de 2024 foram preparadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em reunião realizada em 19 de junho de 2024. A Companhia é uma controlada da NewCo Tereos Internacional (BR) Ltda., empresa brasileira com sede em São Paulo, Brasil, e Tereos Participations S.A.S., empresa francesa com sede em Origny-Sainte-Benoîte, France. Sede social: Rodovia Assis Chateaubriand, km 155 - Olímpia - São Paulo - Brasil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de apresentação: As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - "IASB"*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), em 31 de março de 2024. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as normas emanadas da legislação societária brasileira, bem como os Pronunciamentos Contábeis, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Para a preparação das demonstrações financeiras individuais, a Companhia adotou todos os pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos pelo CPC. As práticas contábeis descritas nas notas explicativas, com exceção da alteração na política contábil descrita na nota 5.2, são consistentes com as práticas aplicadas pela Companhia para o ano fiscal findo em 31 de março de 2023. As atualizações ao IAS 1/CPC 26 (R1) (Apresentação das Demonstrações Contábeis - Divulgação das práticas contábeis), IAS 12/CPC 32 (Tributos Sobre o Lucro) e IAS 8/CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro), obrigatoriamente aplicados no ano fiscal que inicia após 1 de janeiro de 2023, não apresentam impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base no custo histórico, à exceção dos ativos biológicos, derivativos e ativos disponíveis para venda, que foram mensurados a valor justo. Os métodos contábeis descritos a seguir foram consistentemente aplicados a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras individuais e de forma uniforme em todas as entidades do Grupo. As demonstrações financeiras individuais são apresentadas em milhões de reais (R$) e todos os valores são arredondados para o milhão mais próximo, exceto se indicado de outra forma. Em certas circunstâncias, isso pode levar a diferenças não significativas entre a soma dos números e os subtotais apresentados nos quadros. Em adição das demonstrações financeiras individuais, a Companhia preparou um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de março de 2024, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que devem ser lidos em conjunto. O exercício social da Companhia vai de 1º de abril de cada ano a 31 de março do ano seguinte. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2 Normas e interpretações obrigatórias após 31 de março de 2024 sem adoção antecipada pela Companhia:** Os seguintes padrões e interpretações que são obrigatoriamente aplicáveis após 31 de março de 2024 podem ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Norma ou Interpretação	Nome da Norma/Alterações/Interpretação	Vigência*
Atualizações ao IAS 1 (CPC 26(R1))	Apresentação das Demonstrações Contábeis - Classificação dos passivos circulantes e não circulantes atrelados a covenants	01/01/2024
Atualizações ao IFRS 16 (CPC 06(R2))	Arrendamentos - Transação de Venda e Retroarrendamento	01/01/2024
Atualizações ao IAS 7 (CPC 03 (R2)) & IFRS 7 (CPC 40 (R1))	Acordos de financiamento de fornecedores	01/01/2024
Atualizações ao IAS 21 (CPC 02 (R2))	Falta de permutabilidade	01/01/2025

** Em vigor para os exercícios sociais a partir dessa data.*

2.3 Sazonalidade: Nosso negócio está sujeito a tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar. Em nossas atividades de cana-de-açúcar, a safra inicia em abril e termina em dezembro, o que cria flutuações nos nossos estoques e também afeta o nosso fluxo de caixa. Como resultado, a sazonalidade pode impactar a posição financeira, liquidez e as necessidades financeiras do nosso negócio. **2.4 Transações em moedas estrangeiras:** No reconhecimento inicial, as transações denominadas em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da subsidiária à taxa de câmbio em vigor na data da transação. No encerramento do exercício, os ativos e passivos financeiros são convertidos à taxa de câmbio de fechamento ou à taxa de hedge, conforme o caso; as variações cambiais resultantes dessas conversões são registradas na demonstração do resultado na rubrica "Receitas e despesas financeiras".

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação das demonstrações financeiras individuais da Companhia, a administração desenvolve estimativas, uma vez que diversos elementos incluídos nas demonstrações financeiras não podem ser calculados com precisão. A Administração revisa tais estimativas diante da evolução das respectivas circunstâncias ou à luz de novas informações ou experiências. Desse modo, as estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024 poderão ser alteradas posteriormente. A Administração desenvolve estimativas significativas para a determinação das premissas utilizadas na avaliação de saldos nas seguintes áreas:

Nota	Estimativa	
Nota 19	Imposto de renda	Premissas utilizadas para reconhecer os impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais.
Nota 14	Ativos biológicos	Premissas principais utilizadas para determinar o valor justo da cana em pé (disponível) - (rendimento estimado, quantidade de açúcar por tonelada de cana, preço do açúcar, entre outros).
Nota 11	Imobilizado	Premissas utilizadas para avaliar o imobilizado adquirido na combinação de negócios. Premissas utilizadas para determinar a vida útil dos ativos.
Nota 10	Ágio	Premissas utilizadas para determinar o valor justo dos ativos e passivos adquiridos, o valor justo da remuneração recebida e, portanto, o ágio.
Nota 10	Testes de redução ao valor recuperável dos ativos	Nível de agrupamento de UGCs para teste de impairment de ágio. Principais premissas utilizadas para determinar os valores: valor em uso (taxa de desconto, taxa de crescimento permanente, fluxos de caixa previstos), valor de mercado (múltiplos de receita e EBITDA para empresas ou transações comparáveis, fluxo de caixa).
Nota 21	Provisões	Provisões para reclamações e litígios: premissas de suporte da avaliação e mensuração dos riscos.
Nota 17	Ativos e passivos financeiros	Premissas utilizadas para determinar o valor justo das diversas categorias dos instrumentos financeiros.

4. CLIMA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As matérias-primas processadas pela Companhia são provenientes da atividade agrícola, que está intrinsecamente sujeita a variações imprevisíveis do clima. As atividades comerciais da Tereos podem, portanto, ser diretamente afetadas por condições climáticas extremas ou desfavoráveis, desastres naturais e mudanças climáticas. A Companhia considera os riscos climáticos nas suas estimativas de final de safra e inclui os seus potenciais impactos nas demonstrações financeiras, principalmente: • na revisão da vida útil de certos ativos; • levando em consideração, no melhor do nosso conhecimento, os principais riscos relacionados a alterações em regulamentações, tais como a pressão crescente sobre os recursos hídricos; • incluir, nos testes de redução ao valor recuperável de ativos com vida útil indeterminada, os impactos esperados desses riscos nos fluxos de caixa futuros. A Tereos considera que a avaliação dos riscos climáticos está devidamente considerada nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de março de 2024, em particular na realização de testes de impairment (nota 10.3) e que é consistente com seus compromissos assumidos nesta área.

B. EVENTOS SIGNIFICATIVOS NO PERÍODO

5. EVENTOS SIGNIFICATIVOS NO PERÍODO

5.1 Alterações no escopo de consolidação: Não há alterações significativas no escopo de consolidação em 31 de março de 2024. **5.2 Alteração na política contábil:** A operação do açúcar é altamente sazonal devido aos ciclos da safra que é caracterizada por um período de produção sucedido por um período de parada, no qual a maior parte da manutenção e reparos nos equipamentos produtivos é feita, conhecido como "gastos com manutenção entressafra". Quando a Tereos Internacional S.A. (antiga acionista controladora da TAEB) era listada na bolsa de valores do Brasil em 2010 e para cumprir com a prática local no mercado, a Companhia decidiu considerar os gastos com manutenção entressafra na preparação das unidades para a nova safra como um componente individual dentro do ativo imobilizado. Esse componente do ativo imobilizado era depreciado durante o período de moagem da próxima safra. Seguindo a reestruturação societária do Grupo e a reestruturação da Tereos Internacional S.A. que aconteceu em 31 de março de 2023, a Companhia decidiu por alterar a política contábil para os gastos com manutenção entressafra. Daqui em diante, esses gastos serão contabilizados como estoque em andamento durante o período de entressafra e serão inclusos no custo do produto vendido durante a safra seguinte, seguindo a alteração na política contábil das demonstrações financeiras do Grupo Tereos. A Companhia considera que este método possibilita apresentar uma informação financeira mais relevante. De acordo com o IAS 8 (CPC 23), essa alteração na política contábil é tratada retrospectivamente. O impacto da alteração da política contábil é apresentado a seguir:

Demonstrações do resultado

(em milhões de R$)	Exercício findo em 31 de março de 2023	Impacto da alteração da política contábil	31 de março de 2023 reapresentado
Receitas	4.700	–	4.700
Custo das vendas	(3.541)	–	(3.541)
Despesas de distribuição	(383)	–	(383)
Despesas gerais e administrativas	(284)	–	(284)
Equivalência patrimonial	1	–	1
Outras receitas (despesas) operacionais	(886)	–	(886)
Lucro (prejuízo) operacional	**(393)**	**–**	**(393)**
Despesas financeiras	(682)	–	(682)
Receitas financeiras	281	–	281
Despesa financeira líquida	**(402)**	**–**	**(402)**
Lucro (prejuízo) líquido antes dos impostos	**(794)**	**–**	**(794)**
Imposto de renda e contribuição social	269	–	269
Lucro (prejuízo) líquido	**(525)**	**–**	**(525)**

Balanço patrimonial

(em milhões de R$)	Em 31 de março de 2023	Impacto da alteração da política contábil	31 de março de 2023 reapresentado
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	1.397	–	1.397
Contas a receber	420	–	420
Estoques	236	234	470
Ativos biológicos	595	–	595
Ativos financeiros circulantes com partes relacionadas	92	–	92
Outros ativos financeiros circulantes	521	–	521
Impostos de renda a recuperar - circulantes	29	–	29
Outros ativos circulantes	7	–	7
Total do Ativo Circulante	**3.297**	**234**	**3.531**
Impostos diferidos	400	–	400
Ativos financeiros não circulantes com partes relacionadas	278	–	278
Outros ativos financeiros não circulantes	206	–	206
Investimentos em coligadas	147	–	147
Imobilizado	3.127	(234)	2.893
Ágio	272	–	272
Outros ativos intangíveis	138	–	138
Total do Ativo Não Circulante	**4.569**	**(234)**	**4.335**
Total do Ativo	**7.865**	**–**	**7.865**

(em milhões de R$)	31 de março de 2023	Impacto da alteração da política contábil	31 de março de 2023 reapresentado
Passivo e Patrimônio Líquido			
Financiamentos de curto prazo	1.654	–	1.654
Fornecedores	622	–	622
Outros passivos financeiros circulantes	525	–	525
Impostos de renda a pagar - circulantes	44	–	44
Outros passivos circulantes	1	–	1
Total do Passivo Circulante	**2.846**	**–**	**2.846**
Financiamentos de longo prazo	2.832	–	2.832
Provisões de longo prazo	46	–	46
Passivos financeiros não circulantes com partes relacionadas	254	–	254
Outros passivos financeiros não circulantes	98	–	98
Total do Passivo Não Circulante	**3.230**	**–**	**3.230**
Total do Passivo	**6.077**	**–**	**6.077**
Capital social	2.778		2.778
Reservas (prejuízos acumulados)	(854)		(854)
Outros resultados abrangentes acumulados	(135)		(135)
Total do Patrimônio Líquido	**1.789**	**–**	**1.789**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**7.865**	**–**	**7.865**

Demonstração dos fluxos de caixa

(em milhões de R$)	31 de março de 2023	Impacto da alteração da política contábil	31 de março de 2023 reapresentado
Lucro (prejuízo) líquido	**(525)**	**–**	**(525)**
Equivalência patrimonial	(1)	–	(1)
Amortização e depreciação	809	(287)	522
Ajustes ao valor justo dos ativos biológicos	26	–	26
Outros ajustes ao justo valor que transitam pelo resultado	29	–	29
Ganho (perda) na venda de ativos	(24)	–	(24)
Imposto de renda e contribuição social	(269)	–	(269)
Despesas financeiras líquidas	408	–	408
Impacto das variações no capital circulante	(11)	20	9
Redução (aumento) em contas a receber de clientes	*31*	–	*31*
(Redução) aumento em fornecedores e contas a pagar	*(139)*	–	*(139)*
Redução (aumento) em estoques	*47*	*20*	*66*
Aumento (redução) em outros itens	*50*	–	*50*
Variação em outras contas sem impacto no caixa	982	–	982
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	**1.422**	**(267)**	**1.155**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(30)	–	(30)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**1.392**	**(267)**	**1.125**
Caixa adquirido em incorporação	1	–	1
da Tereos Açúcar e Energia Cruz Alta S.A.	1	–	1
Aquisições de imobilizado e intangíveis	(799)	267	(531)
Aquisições de ativos financeiros	(5)	–	(5)
Variações em empréstimos e adiantamentos concedidos	5	–	5
Juros financeiros recebidos	140	–	140
Recebimentos com a venda de ativos financeiros	2	–	2
Dividendos recebidos	2	–	2
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**(653)**	**267**	**(386)**
Ingresso de novos financiamentos	961	–	961
Pagamentos de financiamentos	(1.567)	–	(1.567)
Juros financeiros pagos	(377)	–	(377)
Variação em ativos financeiros com partes relacionadas	(94)	–	(94)
Variação em passivos financeiros com partes relacionadas	17	–	17
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**(1.061)**	**–**	**(1.061)**
Variação em caixa e equivalentes de caixa, líquida de contas garantidas	**(322)**	**–**	**(322)**
Caixa e equivalentes de caixa, líquido de contas garantidas at opening	1.719	–	1.719
Caixa e equivalentes de caixa, líquido de contas garantidas at closing	1.397	–	1.397
Variação em caixa e equivalentes de caixa, líquida de contas garantidas	**(322)**	**–**	**(322)**

C. ATIVIDADE OPERACIONAL

6. RECEITAS

A receita da Companhia compreende principalmente vendas de produtos acabados e mercadorias. São reconhecidos no resultado quando o controle de mercadorias é transferido. O IFRS 15 (CPC 47) exige a identificação das obrigações de serviço relacionadas à transferência de bens e serviços ao cliente para cada contrato. A receita é reconhecida quando a obrigação do contrato é cumprida, com base no montante da compensação que a Companhia espera receber pela transferência de

continua →

DocuSigned by
Estadaor
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 21/06/2024 | 23:05:04 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 58200197-79BA-40E5-A15D-DA0FCEE82D12

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA TEREOS AÇÚCAR E ENERGIA BRASIL S.A.

bens e serviços ao cliente. Descontos concedidos, bonificações a clientes e devolução de produtos são deduzidos da receita, assim como outras bonificações concedidas aos clientes que resultem em uma saída de caixa, como cooperação comercial ou descontos. Estes valores são estimados no momento do reconhecimento da receita, com base nos acordos e compromissos assumidos com os clientes. Adicionalmente, a receita reconhecida no resultado é líquida de impostos.
O detalhamento da receita líquida é apresentado como segue:

	Exercício findo em	
(em milhões de R$)	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Açúcar	4.391	3.093
Etanol	1.102	1.168
Energia	239	237
Coprodutos	144	73
Outros	153	129
Receitas	**6.030**	**4.700**

7. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

A abertura de outras receitas (despesas) operacionais é descrita a seguir:

		Exercício findo em	
(em milhões de R$)	Notas	31 de março de 2024	31 de março de 2023 reapresentado
Custo das vendas		(4.089)	(3.541)
Despesas de distribuição [1]		(474)	(383)
Despesas gerais e administrativas		(335)	(284)
Equivalência patrimonial		57	1
Outras receitas (despesas) operacionais		(42)	(886)
Total das Despesas Operacionais por Destinação		**(4.883)**	**(5.093)**
Matéria-prima e insumos utilizados		(2.371)	(2.259)
Despesas externas		(1.280)	(971)
Despesas com benefícios aos empregados	8	(709)	(586)
Amortização e depreciação		(546)	(522)
Equivalência patrimonial		57	1
Outros		(34)	(756)
Total das Despesas Operacionais por Natureza		**(4.883)**	**(5.093)**

[1] *Das quais:*

Despesas comerciais	*(22)*	*(21)*
Despesas logísticas	*(452)*	*(361)*

As despesas externas referem-se, principalmente, a custos de transportes, custos de manutenção e encargos de aluguel. Em 31 de março de 2024, outras receitas (despesas) operacionais por destinação totalizaram R$ (42) milhões e compreendem principalmente: • despesas jurídicas de R$ (47) milhões; • reconhecimento de créditos fiscais de R$ 25 milhões, sendo R$ 12 milhões referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS e R$ 9 milhões de Reintegra; • custos de manutenção da unidade de Severínia e depreciação de R$ (23) milhões. Em 31 de março de 2023, outras receitas (despesas) operacionais por destinação totalizaram R$ (886) milhões e compreendem principalmente: • despesas jurídicas de R$ (43) milhões; • custos de manutenção da unidade de Severínia e depreciação de R$ (48) milhões; • a perda devido ao teste anual de redução ao valor recuperável no valor de R$ (752) milhões; • o impacto do *impairment* devido à hibernação temporária da unidade de Severínia no valor de R$ (72) milhões; • ganho líquido na alienação da São José Agricultura Ltda. no valor de R$ 26 milhões. A linha de "Outros" em outras despesas operacionais por natureza no valor de R$ (34) milhões (R$ (756) milhões em 31 de março de 2023) correspondem principalmente ao detalhe de outras receitas (despesas) operacionais por destinação apresentado acima, com exceção da depreciação da unidade de Severínia no total de R$ 8 milhões (R$ 34 milhões em 31 de março de 2023) reconhecida na linha "Amortização e depreciação" e outros impostos na linha de "Custo das vendas" no total de R$ 6 milhões (R$ 83 milhões em 31 de março de 2023).

8. GASTOS COM PESSOAL

A seguir apresentamos a abertura dos gastos com pessoal durante o período:

	Exercício findo em	
(em milhões de R$)	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Ordenados e salários	(644)	(530)
Encargos sociais sobre ordenados e salários	(64)	(56)
Outras despesas com empregados	(1)	–
Despesas com Benefícios aos Empregados	**(709)**	**(586)**

9. ANÁLISE DO CAPITAL DE GIRO

Capital de giro corresponde à soma do capital de giro operacional (estoques, contas a receber e contas a pagar), assim como outros ativos e passivos que correspondem à soma de: • outros ativos e passivos financeiros circulantes e não circulantes; • outros ativos e passivos circulantes e não circulantes; • ativo biológico; excluindo: • valor justo de derivativos e ativo biológico; • fluxo de investimentos como garantias e dívidas com a aquisição de ativos.

(em milhões de R$)	Notas	31 de março de 2023 reapresentado	Fluxos de caixa*	Provisões*	Outros	31 de março de 2024
Estoques	9.1	470	14	(2)	–	482
Contas a receber	9.2	420	115	–	2	537
Fornecedores	9.3	(622)	(94)	–	(1)	(716)
Capital de Giro		**268**	**35**	**(2)**	**2**	**303**
Outros ativos e passivos		574	(106)	–	(12)	456
dos quais tratos culturais	*14*	*374*	*9*	*–*	*–*	*383*
dos quais chamada de margem	*16.4*	173	(4)	–	–	169
Capital de Giro Líquido		**842**	**(71)**	**(2)**	**(10)**	**759**

**Os impactos dos fluxos de caixa e das provisões estão refletidos na demonstração do resultado do exercício.*

9.1 Estoques: Os estoques físicos nas atividades de processamento são avaliados pelo menor custo e preços à vista vigentes no final do período de relatório. O custo é determinado usando o método da média ponderada ou o método "primeiro a entrar, primeiro a sair", dependendo do produto. Além disso, os estoques são mensurados pelo valor justo menos os custos de venda. Matérias-primas e insumos são reconhecidos inicialmente pelo preço de compra acrescido de outros custos incorridos na colocação dos estoques no local e nas condições em que se encontram atualmente (transporte, comissões, entre outros). Os produtos manufaturados são avaliados pelo custo de produção, incluindo o custo dos materiais consumidos, a depreciação de insumos de produção e os custos de fabricação diretos ou indiretos, exceto custo financeiro. Uma perda é reconhecida quando: • O valor bruto calculado, conforme descrito anteriormente, exceder o valor de mercado ou o valor realizável; • Os produtos sofreram deterioração significativa.
Em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2023, os estoques eram compostos por:

(em milhões de R$)	31 de março de 2024	31 de março de 2023 reapresentado
Valor Bruto		
Matéria-prima	110	119
Energia	3	2
Produtos em processo	3	4
Custos com entressafra (*)	251	248
Produtos acabados e semiacabados (**)	131	112
Total dos Estoques	**498**	**484**
Perdas no Valor Recuperável		
Matéria-prima	(16)	(15)
Total de *Impairment* nos Estoques	**(16)**	**(15)**
Estoques	**482**	**470**

(*) Incluindo custos com manutenção entressafra de R$ 241 milhões em 31 de março de 2024 contra R$ 234 milhões em 31 de março de 2023 (nota 5.2).
(**) Incluindo o valor justo da colheita do ativo biológico de R$ 11 milhões em 31 de março de 2024 contra R$ 11 milhões em 31 de março de 2023.

9.2 Contas a receber: Os créditos comerciais e outros recebíveis e empréstimos são registrados pelo custo amortizado, o qual corresponde ao seu valor nominal. A parcela de contas a receber e empréstimos não cobertos por seguro de crédito dá origem ao registro de uma perda por redução ao valor recuperável tão logo os recebíveis são registrados, até as perdas esperadas no vencimento. Isso reflete a probabilidade de inadimplência das contrapartes e a taxa de perda esperada, avaliada, conforme apropriado, com base em estatísticas históricas, informações fornecidas pelas agências de relatórios de crédito ou classificações dadas pelas agências de classificação. Quando o prazo de vencimento dos créditos e recebíveis é superior a um ano, seus valores são descontados, cujos efeitos são reconhecidos no resultado financeiro líquido, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Empréstimos e recebíveis são testados para impairment. Esses ativos estão deteriorados se o seu valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado, desde que haja indícios de perda de valor. A perda de valor é registrada na demonstração do resultado. A Companhia usa contratos de factoring em alguns de seus recebíveis. De acordo com o IFRS 9 (CPC 48), a Companhia desreconhece os recebíveis cujos direitos contratuais aos fluxos de caixa foram transferidos (vendidos), bem como substancialmente todos os riscos e benefícios associados a esses recebíveis. No contexto da análise de transferência de risco, o risco de diluição é ignorado, desde que seja definido e circunscrito (e, em particular, corretamente distinguido do risco de atrasos de pagamento). As cessões de créditos com direito de regresso em caso de não pagamento não são desreconhecidas. Os custos de cessão de recebíveis são registrados no resultado operacional e financeiro. Em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2023, as contas a receber de clientes estavam assim representadas:

(em milhões de R$)	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Contas a receber	530	415
Ativos em contratos	9	7
Provisão para devedores duvidosos	(2)	(2)
Contas a Receber, Líquidas	**537**	**420**

Em 31 de março de 2024, de acordo com os programas de factoring e securitização do Grupo, foram vendidos R$ 18 milhões em contas a receber, dos quais R$ 18 milhões foram desreconhecidos de acordo com o IFRS 9 (CPC 48). Os recebíveis foram vendidos sem direito de regresso. Em 31 de março de 2024 o contas a receber incluía R$ 0 milhões de títulos a receber cedidos em transações de *factoring* que não atenderam os requisitos de desreconhecimento do IFRS 9 (CPC 48) (sem direito de regresso).

	31 de março de 2024			31 de março de 2023		
(em milhões de R$)	Total vendido a instituições financeiras	Parte vendida e não desreconhecida	Parte vendida e desreconhecida	Total vendido a instituições financeiras	Parte vendida e não desreconhecida	Parte vendida e desreconhecida
Valor máximo autorizado para financiamento	18	–	–	24	–	–
Venda a instituições financeiras	18	–	18	24	–	24

O títulos vencidos no contas a receber de clientes são demonstrados a seguir:

(em milhões de R$)	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Contas a receber	**539**	**422**
A vencer	538	419
Vencidas	2	3
De 1 a 30 dias	*–*	*1*
Mais de 360 dias	*1*	*1*
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(2)**	**(2)**
Total	**537**	**420**

9.3 Fornecedores: Contas a pagar a fornecedores são reconhecidos pelo seu valor justo que é equivalente ao seu valor nominal dado que o prazo de pagamento geralmente é menor que três meses. Em 31 de março de 2024 e em 31 de março de 2023, as contas a pagar a fornecedores estavam assim representadas:

(em milhões de R$)	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Fornecedores	716	622
Total Fornecedores	**716**	**622**

D. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS, IMOBILIZADO E ATIVOS FINANCEIROS

10. ÁGIO E OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

10.1 Ágio: Combinações de negócios são contabilizadas inicialmente pelo método de aquisição. Os ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida são mensurados ao valor justo na data de aquisição. As diferenças de valorização identificadas na data de aquisição são registradas nas respectivas rubricas do ativo e do passivo. A diferença residual entre o custo de aquisição dos títulos e a participação da Companhia na avaliação do valor justo dos ativos e passivos identificados é reconhecida separadamente em "ágio" na demonstração do resultado e atribuída às unidades geradoras de caixa para as quais os benefícios ou as sinergias da aquisição são esperadas. Qualquer excesso (ou "deságio") é reconhecido imediatamente no resultado como um ganho na compra vantajosa. O ágio reconhecido nas entidades adquiridas é contabilizado pelo método da Companhia e é apresentado em rubrica separada de "Investimentos em coligadas". Para cada aquisição, a Companhia deve optar entre reconhecer o valor total do ágio, independentemente do percentual de participação adquirido, ou o ágio correspondente à ação adquirida pela Companhia. Os custos de aquisição de combinações de negócios são contabilizados como despesa. Quando o preço de compra inclui uma parte condicional, essa é reconhecida ao justo valor na data de aquisição. Qualquer participação anterior na adquirida antes da incorporação é reavaliada pelo seu valor justo na data de aquisição e o respectivo ganho ou perda é registrado na demonstração do resultado. O ágio foi alocado às seguintes Unidades Geradoras de Caixa (UGC):

(em milhões de R$)	Segmento operacional	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Unidades Geradoras de Caixa			
Tereos Açúcar e Energia Brasil	Açúcar & Energia no Brasil	272	272
Total do Ágio Líquido		**272**	**272**

A movimentação do ágio está apresentada a seguir:

(em milhões de R$)	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Custo Histórico		
Em 1 de Abril	**1.235**	**1.192**
Desreconhecimento na alienação de uma subsidiária	–	(22)
Ágio adquirido em incorporação	–	65
Em 31 de março	**1.235**	**1.235**
Perdas no Valor Recuperável		
Em 1 de Abril	**(963)**	**(211)**
Perdas no valor recuperável reconhecidas no exercício	–	(752)
Em 31 de Março	**(963)**	**(963)**
Valores líquidos em 31 de março	**272**	**272**

Em 31 de março de 2023, os R$ (22) milhões de alienação correspondem à venda da São José Agricultura Ltda. **10.2 Outros ativos intangíveis:** O ativo intangível inclui: • Patentes adquiridas; • Marcas reconhecidas adquiridas que sejam distinguíveis de outras marcas, cujo valor possa ser rastreado ao longo do tempo; • Programas de computador (software); • Algumas despesas qualificáveis de desenvolvimento. As patentes adquiridas e os programas de computador são mensurados ao custo de aquisição e amortizados ao longo de sua vida útil. Os programas de computador são depreciados pelo método linear ao longo do prazo estimado para sua vida útil, que varia de um a cinco anos. Marcas com vida útil indefinida e direitos de emissão não são amortizadas e estão sujeitas a testes anuais de perda no valor recuperável. Amortização, depreciação e perdas no valor recuperável são reconhecidas no resultado operacional. De acordo com as disposições da IAS 38 (CPC 04 (R1)) "Ativo intangível", gastos com pesquisa e desenvolvimento são registrados como despesa no resultado do exercício em que são incorridos, com exceção de determinadas despesas qualificáveis de desenvolvimento que se enquadram nos critérios de capitalização definidos na norma. A movimentação de outros ativos intangíveis nos últimos exercícios está apresentada a seguir:

(em milhões de R$)	Patentes e Licenças	Outros	Total
Custo Histórico			
31 de Março de 2022	**81**	**150**	**231**
Reclassificações	12	(10)	3
31 de Março de 2023	**93**	**140**	**233**
Baixas	(1)	–	(1)
Reclassificações	2	–	2
31 de Março de 2024	**95**	**140**	**235**
Amortização e Perdas no Valor Recuperável			
31 de Março de 2022	**(68)**	**(10)**	**(78)**
Amortização	(12)	(5)	(16)
Outros	(1)	–	(1)
31 de Março de 2023	**(81)**	**(14)**	**(95)**
Amortização	(3)	(5)	(8)
Baixas	1	–	1
31 de Março de 2024	**(83)**	**(19)**	**(102)**
Valores líquidos em 31 de Março de 2022	**13**	**140**	**153**
Valores líquidos em 31 de Março de 2023	**12**	**126**	**138**
Valores líquidos em 31 de Março de 2024	**11**	**121**	**132**

A coluna de "Outros" refere-se à celebração do contrato entre a Tereos e a VLI, onde a Tereos se compromete a investir na infraestrutura da VLI e tem um contrato comercial para transporte de açúcar bruto do terminal de Guará-SP ao porto de Santos-SP, onde a VLI executará serviços de elevação para carregar embarcações para exportação para a Tereos. **10.3 Teste do valor recuperável dos ativos:** De acordo com as disposições da norma IAS 36 (CPC 01 (R1)) "Redução ao valor recuperável de ativos", ágio, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Ágio e ativo intangível de vida útil indefinida são submetidos a testes de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. A Companhia efetua o teste anual de impairment durante o último trimestre do ano. A fim de determinar se houve perda no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), que correspondem aos menores grupos de ativos geradores de fluxos de caixa claramente independentes daqueles gerados por outras UGCs. O ágio é alocado a unidades geradoras de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa que deverão se beneficiar com as combinações de negócios nas quais o ágio foi registrado. Um teste de perda no valor recuperável consiste em comparar o valor contábil de um ativo, uma UGC ou um grupo de UGCs com seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O valor em uso é obtido adicionando os fluxos de caixa descontados, antes de impostos, que se espera resultem do uso do ativo (ou grupo de ativos) ao valor terminal. O valor recuperável é determinado pelo valor em uso, utilizando o modelo de fluxos de caixa futuros descontados com base em planos de médio prazo, construídos num horizonte de 5 anos, elaborados pela gestão e revistos pela Administração da Companhia, que levam em consideração as premissas de cada atividade e são baseadas em dados de mercado, bem como no desempenho da Companhia no passado. As premissas adotadas em relação à evolução das vendas e fluxos de caixa projetados são considerados razoáveis e em linha com os dados de mercado disponíveis. As principais premissas e estimativas são para a produção de açúcar preços de venda de açúcar esperados, produção agrícola considerando o contexto de mudanças climáticas, custos de energia e matérias-primas e outros fatores macroeconômicos. O valor justo menos os custos de venda correspondem ao montante que se poderia obter com a venda de um ativo (ou grupo de ativos) numa transação em condições normais de mercado, deduzido dos custos diretamente relacionados com a venda. Quando o valor recuperável for inferior ao valor contábil do ativo (ou grupo de ativos), uma perda no montante dessa diferença será registrada no resultado a título de redução no valor recuperável, sendo deduzida primeiramente do ágio. As perdas reconhecidas no valor recuperável do ágio não podem ser revertidas em períodos subsequentes. O teste de perda no valor recuperável é feito anualmente no último trimestre do ano fiscal ou em qualquer momento em que o Grupo identificar um evento relevante. As principais premissas utilizadas para calcular o valor em uso das UGC estão apresentadas a seguir:

Açúcar & Energia no Brasil	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Base usada para determinação do valor recuperável	Valor em uso Plano de negócios para 5 anos de fluxos de caixa descontados	Valor em uso Plano de negócios para 5 anos de fluxos de caixa descontados
Fonte		
Taxa de crescimento usada para valor terminal	3,3%	3,5%
Taxa de desconto após impostos	11,6%	11,6%
Taxa de desconto antes dos impostos	16,8%	16,5%

Perda no valor recuperável durante o exercício: Nenhuma provisão para redução do valor recuperável foi registrada em 31 de março de 2024. **Análise de sensibilidade:** Durante o último trimestre do exercício de 2023/2024, a análise de sensibilidade ao valor recuperável das principais foi baseada nas seguintes premissas: • Alteração na taxa de desconto após impostos de +/- 1 ponto • Mudança na taxa de perpetuidade de +/- 0,5 ponto • Alteração da margem EBITDA no último ano do modelo de negócios de +/- 1 ponto • Queda de 10% nos preços do açúcar nos três primeiros anos do plano de negócios. Essas mudanças nas premissas, mantendo todo o resto igual, resultariam no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável da seguinte forma:

(em milhões de R$)	Exercício findo em 31 de março de 2024	Exercício findo em 31 de março de 2023
Análise de sensibilidade para premissas-chave do valor em uso	**Impacto no valor recuperável**	
Alteração na taxa de desconto após impostos - Aumento de 1pt		
Tereos Açúcar e Energia Brasil	–	(580)
Taxa de crescimento perpétuo - Diminuição de 0,5pt		
Tereos Açúcar e Energia Brasil	–	(238)
Margem EBITDA no último ano do modelo de negócios - Diminuição de 1pt		
Tereos Açúcar e Energia Brasil	–	(298)
Queda de 10% nos preços do açúcar e etanol nos anos N+2 e N+3 do modelo de negócios		
Tereos Açúcar e Energia Brasil	–	(320)

11. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição (preço de compra acrescido de custos incidentais necessários para colocar o ativo em operação) ou pelo custo de produção acrescido de quaisquer custos diretamente atribuíveis à colocação do ativo no local e nas condições necessárias para que seja capaz de funcionar da maneira pretendida pela Administração, exceto no contexto de uma combinação de negócios. Quando certos componentes do imobilizado adquirido têm vidas úteis diferentes, aplica-se o método dos componentes, pelo qual esses componentes são depreciados ao longo de sua respectiva vida útil. As despesas correspondentes à substituição ou ao reparo de um componente de um ativo imobilizado são contabilizadas como um novo ativo e o valor contábil desses ativos substituídos é baixado. Assim, o custo estimado da parcela do custo total de um imobilizado que deve ser substituído anualmente é registrado como um componente separado do custo do ativo imobilizado e depreciado ao longo de sua vida útil estimada separadamente. É, então, substituído durante as principais atividades de manutenção anual. Os custos de manutenção periódica normal são debitados ao resultado, quando incorridos, desde que as peças substituídas não melhorem a capacidade de moagem ou representem benfeitorias para o ativo imobilizado. Segundo a norma internacional IAS 23 (CPC 20 (R1)), juros sobre empréstimos usados para adquirir um ativo imobilizado com valor individual e vida útil relevantes são reconhecidos no ativo imobilizado aumentando o custo de aquisição do ativo. No ano, foram capitalizados R$ 12 milhões (R$ 12 milhões em 31 de março de 2024) à taxa média de 8,9% ao ano (10,8% ao ano em 31 de março de 2023). Os custos de plantio da cana-de-açúcar fazem parte do ativo imobilizado. São avaliados ao custo e depreciados ao longo de sua vida útil. A amotização e depreciação são calculadas pelo método linear ao longo da vida útil estimada de cada ativo: • Edificações - 20-40 anos; • Instalações técnicas, equipamentos e ferramentas industriais - 10-15 anos; • Utensílios e melhorias em edificações - 10-20 anos; • Planta portadora - 5-6 anos; • Equipamentos de escritório - 5 anos; • Equipamentos de transporte - 5 anos.
A movimentação do ativo imobilizado está apresentada a seguir:

(em milhões de R$)	Terrenos	Prédios	Ferramentas, equipamentos e instalações	Planta portadora	Outros	Ativos em andamento	Ativo de direito de uso	Total
Custo Histórico								
31 de Março de 2022	**22**	**935**	**2.711**	**1.252**	**297**	**182**	**548**	**5.947**
Aquisições/reavaliações	–	–	–	353	–	181	61	594
Reclassificações	–	25	126	–	23	(188)	(138)	(152)
Baixas	–	–	(3)	(212)	(2)	–	–	(217)
Alteração na política contábil (nota 5.2)	–	–	(281)	–	–	–	–	(281)
31 de Março de 2023 reapresentado	**22**	**959**	**2.554**	**1.393**	**318**	**175**	**471**	**5.892**
Aquisições/reavaliações	–	–	–	499	–	302	243	1.044
Reclassificações	–	63	116	14	16	(197)	(93)	(81)
Baixas	–	–	(11)	(158)	(10)	–	–	(180)
31 de Março de 2024	**22**	**1.022**	**2.659**	**1.747**	**323**	**280**	**622**	**6.676**
Amortização, Depreciação e Perdas no Valor Recuperável								
31 de Março de 2022	**–**	**(362)**	**(1.507)**	**(472)**	**(257)**	**–**	**(206)**	**(2.803)**
Amortização e depreciação	(1)	(35)	(117)	(227)	(12)	–	(114)	(505)
Perdas no valor recuperável	(1)	(34)	(37)	–	(1)	–	–	(72)
Reclassificações	–	–	–	–	–	–	138	138
Baixas	–	–	3	212	2	–	–	216
Alteração na política contábil (nota 5.2)	–	–	27	–	–	–	–	27
31 de Março de 2023 reapresentado	**(2)**	**(431)**	**(1.630)**	**(487)**	**(267)**	**–**	**(183)**	**(2.999)**
Amortização e depreciação	(1)	(37)	(123)	(222)	(14)	–	(141)	(538)
Reclassificações	–	–	–	(14)	(0)	–	93	79
Baixas	–	–	11	156	10	–	–	178
Reversão de perdas no valor recuperável	–	–	1	–	–	–	–	1
31 de Março de 2024	**(3)**	**(467)**	**(1.741)**	**(567)**	**(270)**	**–**	**(232)**	**(3.280)**
Valores líquidos em 31 de Março de 2022	**22**	**573**	**1.204**	**780**	**41**	**182**	**342**	**3.144**
Valores líquidos em 31 de Março de 2023 reapresentado	**21**	**529**	**923**	**906**	**51**	**175**	**288**	**2.893**
Valores líquidos em 31 de Março de 2024	**20**	**555**	**918**	**1.181**	**53**	**280**	**390**	**3.396**

12. ATIVO DE DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS

Os arrendamentos, conforme definido pelo IFRS 16 (CPC 06 (R2)) "Arrendamento mercantil", são reconhecidos no balanço patrimonial como um ativo imobilizado, que corresponde ao direito de uso do ativo arrendado durante a vigência do contrato e como um passivo, relacionado à obrigação de pagamento. Para fins de simplificação e conforme permitido pela norma, os contratos de arrendamento com prazo inferior a 12 meses, bem como contratos cujo valor de reposição é menor ou igual a USD 5.000, não foram reconhecidos de acordo com o IFRS 16 (CPC 06 (R2)). Os principais contratos de locação identificados correspondem a terrenos, maquinário de veículos e determinadas propriedades. **Mensuração do direito de uso de ativos:** Na data de assinatura de um contrato de arrendamento, o ativo de direito de uso é avaliado ao custo e corresponde ao valor inicial do passivo do arrendamento, ajustado, se necessário, pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados reconhecidos no balanço patrimonial. O direito de uso é amortizado durante a vida útil dos ativos subjacentes. **Mensuração do passivo de arrendamento:** Quando o contrato é assinado, o passivo de arrendamento é reconhecido por um valor igual ao valor presente dos pagamentos do arrendamento pelo prazo do contrato. O valor do passivo depende em grande parte das premissas utilizadas para o prazo do arrendamento e, em menor grau, da taxa de desconto. A extensa cobertura geográfica da Companhia significa que ele encontra uma ampla gama de diferentes condições legais ao celebrar contratos. As premissas de contratos geralmente usados para calcular o passivo são aquelas negociadas inicialmente, levando em consideração as opções de rescisão antecipada ou extensão, quando provável. O passivo relacionado ao contrato de arrendamento é aumentado pelo valor da despesa de juros determinada pela aplicação da taxa de desconto ao passivo no início do período e reduzido pelos pagamentos efetuados. A despesa de juros do período, bem como os pagamentos variáveis, não considerados na avaliação inicial do passivo e incorridos durante o período em questão, são reconhecidos como despesa. O passivo pode ser remensurado quando o prazo do arrendamento for revisado, quando uma modificação vinculada à avaliação da natureza razoavelmente certa (ou incerta) do exercício de uma opção ou uma revisão das taxas ou índices nos quais os aluguéis são baseados na data do ajuste. Em 31 de março de 2024, 273 contratos ativos foram apresentados de acordo com o IFRS 16. **12.1 Ativo de direito de uso:** As alterações nos ativos de direito de uso são apresentadas da seguinte forma:

(em milhões de R$)	Terrenos	Ferramentas, equipamentos e instalações	Planta Portadora	Outros	Total
Custo Histórico					
31 de Março de 2022	**308**	**9**	**2**	**229**	**548**
Aquisições/reavaliações	44	–	–	16	61
Reclassificações	(30)	–	–	(108)	(138)
31 de Março de 2023	**323**	**9**	**2**	**137**	**471**
Aquisições/reavaliações	54	5	–	184	243
Reclassificações	(10)	(9)	–	(74)	(93)
31 de Março de 2024	**367**	**5**	**2**	**248**	**622**
Amortização e Perdas no Valor Recuperável					
31 de Março de 2022	**(74)**	**(5)**	**(1)**	**(127)**	**(206)**
Amortização	(44)	(3)	–	(68)	(114)
Reclassificações	30	–	–	108	138
31 de Março de 2023	**(88)**	**(8)**	**(1)**	**(86)**	**(183)**
Amortização	(44)	(2)	–	(95)	(141)
Reclassificações	10	9	–	74	93
31 de Março de 2024	**(123)**	**–**	**(1)**	**(108)**	**(232)**
Valores Líquidos em 31 de Março de 2022	**234**	**4**	**1**	**102**	**342**
Valores Líquidos em 31 de Março de 2023	**235**	**2**	**1**	**51**	**288**
Valores Líquidos em 31 de Março de 2024	**245**	**4**	**1**	**140**	**390**

12.2 Arrendamentos: O valor líquido dos arrendamentos não atualizados como parte da norma IFRS 16 (CPC 06 (R2)) é o seguinte:

(em milhões de R$)	31 de março de 2024
Despesas de contratos de curto prazo (< 1 ano)	(4)
Despesas de contratos de curto prazo (< 5.000 USD)	(16)
Outros	(27)
Total Arrendamentos	**(46)**

13. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

Os investimentos em coligadas da Companhia são contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento em coligadas é registrado inicialmente ao custo de aquisição, determinado na data de aquisição. Após a aquisição, o valor contábil do investimento apresentado no balanço patrimonial é ajustado, de modo a refletir as alterações na participação da Companhia no patrimônio líquido contábil, incluindo o resultado abrangente do período. O ágio referente à coligada é incluído no valor contábil do investimento e não é amortizado. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados das operações das coligadas. Qualquer mutação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Além disso, quando houver qualquer mutação reconhecida diretamente no patrimônio líquido da coligada, a Companhia reconhece sua participação nessa mutação, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados com base no percentual de participação nas coligadas. O total da participação da Companhia no resultado de uma coligada é apresentado na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, e representa o resultado após impostos nas subsidiárias da coligada. Quando possível, as demonstrações financeiras das coligadas são preparadas para a mesma data-base de apresentação da Companhia. Sempre que necessário, são realizados ajustes para adequar as práticas contábeis àquelas da Companhia. Caso a participação da Companhia nas perdas de uma coligada seja maior ou igual ao seu investimento nessa empresa, incluindo quaisquer créditos não garantidos, a Companhia não reconhecerá perdas adicionais, a menos que tenha uma obrigação de efetuar ou já tenha efetuado pagamentos em nome da coligada. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia verifica a necessidade de reconhecer uma perda no valor recuperável de seu investimento nas coligadas. A Companhia determina, a cada data de apresentação, se há qualquer evidência objetiva de que o investimento na coligada tenha sofrido perda no valor recuperável. Nesse caso, a Companhia calcula o valor da perda como sendo a diferença entre o valor recuperável da coligada e seu valor contábil, e reconhece esse montante na demonstração do resultado. Quando um investimento deixa de ser uma coligada, a Companhia passa a calcular e reconhecer o investimento remanescente a valor justo. Eventuais diferenças entre o valor contábil da coligada, por ocasião da perda da influência significativa, e o valor justo do investimento remanescente e resultados decorrentes de sua alienação são reconhecidas na demonstração do resultado. Entidades nas quais a Companhia não exerce influência significativa são mensuradas a valor justo e classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda. Os principais investimentos em coligadas em 31 de março de 2024 estão apresentados a seguir:

Investimentos em coligadas:

(em milhões de R$)	Atividade	Participações (%)	Patrimônio líquido em 31 de março de 2024	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Teapar	Operador portuário para exportação de açúcar	35,00%	14	5	14
Centro de Tecnologia Canavieira	Pesquisa e desenvolvimento de variedades de cana-de-açúcar	4,42%	1.017	47	40
Usina Vertente Ltda.	Produção de açúcar, etanol e energia	50,00%	298	147	95
Tereos Commodities Brasil	Trading de açúcar e etanol	81,00%	(7)	(5)	(4)
Outros investimentos			–	–	2
Total			**1.323**	**193**	**147**

Equivalência patrimonial

(em milhões de R$)	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Teapar	1	(15)
Centro de Tecnologia Canavieira	7	4
São José Agricultura	–	1
Tereos Açúcar e Energia Cruz Alta S.A.	–	12
Usina Vertente Ltda.	50	–
Tereos Commodities Brasil	(2)	(1)
Total	**57**	**1**

continua

DocuSigned by
Eduardo
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 21/06/2024 | 23:05:16 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 58200197-79BA-40E5-A15D-DA0FCEE82D12

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA TEREOS AÇÚCAR E ENERGIA BRASIL S.A.

As variações nos investimentos em coligadas estão apresentadas a seguir:

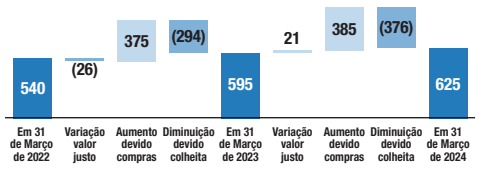
(em milhões de R$)	31 de março de 2023	Equivalência patrimonial	Dividendos pagos	Mutação em outros resultados abrangentes	Outros	31 de março de 2024
Teapar	14	1	(10)	–	–	5
Centro de Tecnologia Canavieira	40	7	(1)	–	–	47
Usina Vertente Ltda.	95	50	–	3	(1)	147
Tereos Commodities Brasil	(4)	(2)	–	–	–	(5)
Outros investimentos	2	–	–	–	(2)	–
Total	**147**	**57**	**(11)**	**3**	**(2)**	**193**

E. ATIVOS BIOLÓGICOS

14. ATIVOS BIOLÓGICOS

A IAS 41 (CPC 29) "Ativo biológico e produto agrícola" aborda o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológico (como plantações de cana-de-açúcar) ou produtos agrícolas (na época da colheita). Os ativos biológicos e respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda. A Companhia, para atender esta norma de mensuração, avalia a cana-de-açúcar em pé pelo valor justo menos o custo de venda e a classifica no ativo circulante. As alterações no valor justo são reconhecidas no custo dos produtos vendidos. As plantas portadoras são mensuradas ao custo histórico, em conformidade com a IAS 16 (CPC 27), e reconhecidas no balanço patrimonial no ativo imobilizado. A metodologia adotada pela Companhia para determinar o valor justo do nível 3 dos ativos biológicos é descrita na nota 16.1.

A movimentação no valor líquido dos ativos biológicos (em milhões de R$)



A cana-de-açúcar própria processada totaliza 8.724 mil toneladas para o exercício findo em 31 de março de 2024 contra 7.857 mil toneladas para o exercício findo em 31 de março de 2023. **Cana-de-açúcar em pé:** As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo da cana-de-açúcar em pé:

	Unidade	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Área estimada de colheita	hectares	112.127	112.493
Rendimentos previstos	tons. de cana por hectare	83	80
Quantidade Total de Açúcar Recuperável	kg. por ton. de cana	139	142
Valor de um kg de Açúcar Total Recuperável	KR$	1,1	1,0

A taxa de desconto utilizada para cálculo do justo valor dos ativos biológicos em 31 de março de 2024 é a mesma utilizada nos testes de *impairment* (note 10.3). A variação no valor justo do ativo biológico é demonstrada a seguir:

(em milhões de R$)	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Custos com tratos culturais	383	374
Ajuste a valor justo do ativo biológico	242	221
Total	**625**	**595**

F. FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido é composto da seguinte forma:

	Exercício findo em	
(em milhões de R$)	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Despesas de juros	(505)	(538)
Valor justo dos ativos e passivos financeiros por meio do resultado	–	(1)
Perda de valor justo sobre derivativos	(42)	(33)
Perdas cambiais	(25)	(95)
Outras despesas financeiras	(17)	(16)
Despesas financeiras	**(589)**	**(682)**
Receitas de juros	162	133
Valor justo dos ativos e passivos financeiros por meio do resultado	2	–
Ganho de valor justo sobre derivativos	–	4
Ganhos cambiais	48	130
Outras receitas financeiras	15	13
Receitas financeiras	**227**	**281**
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	**(362)**	**(402)**
Das quais: Receitas (despesas) de juros líquidas	*(343)*	*(405)*
Das quais: Ganhos (perdas) cambiais	*23*	*36*

Custo da dívida líquida: O custo da dívida líquida é composto por: • O custo da dívida bruta, que inclui despesas de juros (calculadas à taxa de juros efetiva), ganhos e perdas com derivativos de taxas de juros ligados à dívida bruta (incluindo a parcela ineficaz), qualificados ou não como hedge para fins contábeis e hedge custos; • Receita financeira de investimentos incluindo o rendimento de caixa e equivalentes de caixa equivalentes mensurados ao valor justo por meio do resultado.

	Exercício findo em	
(em milhões de R$)	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Receitas (despesas) de juros líquidas	(343)	(405)
Ganhos e perdas em derivativos, líquidos	(40)	(16)
Custo da dívida líquida	**(384)**	**(421)**

Ganhos e perdas em ativos e passivos financeiros:

Exercício findo em 31 de março de 2024:

(em milhões de R$)	Receitas (despesas) de juros líquidas	Receitas (despesas) cambiais líquidas	Ganho (perda) de valor justo, líquido	Outras receitas (despesas) financeiras	Total receitas (despesas) financeiras	Resultado operacional	Outros resultados abrangentes
Contas a receber	–	16	–	–	16	–	–
Caixa e equivalentes de caixa	77	5	–	–	83	–	–
Outros ativos fin. (excluindo derivativos)	62	–	–	1	63	–	–
Financiamentos	(482)	15	–	–	(468)	–	38
Fornecedores	–	1	–	–	1	–	–
Outros passivos fin. (excluindo derivativos)	–	–	–	–	–	–	–
Derivativos	–	(14)	(42)	–	(56)	(1)	(61)
Outros	–	–	2	(3)	(1)	–	–
Total	**(343)**	**23**	**(40)**	**(2)**	**(362)**	**(1)**	**(23)**
Efeito dos impostos diferidos em outros resultados abrangentes							8
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos							**(15)**

Exercício findo em 31 de março de 2023:

(em milhões de R$)	Receitas (despesas) de juros líquidas	Receitas (despesas) cambiais líquidas	Ganho (perda) de valor justo, líquido	Outras receitas (despesas) financeiras	Total receitas (despesas) financeiras	Resultado operacional	Outros resultados abrangentes
Contas a receber	–	23	–	–	23	–	–
Caixa e equivalentes de caixa	67	21	–	–	88	–	–
Outros ativos fin. (excluindo derivativos)	51	–	–	2	52	–	–
Financiamentos	(528)	(51)	–	–	(579)	–	99
Fornecedores	–	(1)	–	–	(1)	–	–
Derivativos	6	43	(29)	–	21	1	29
Outros	–	–	(1)	(5)	(5)	–	–
Total	**(405)**	**36**	**(30)**	**(3)**	**(402)**	**1**	**128**
Efeito dos impostos diferidos em outros resultados abrangentes							(44)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos							**85**

16. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Ativos e passivos financeiros são compostos pelos itens a seguir: • Caixa e equivalentes de Caixa bem como débitos em conta bancária (nota 16.5); • Empréstimos e financiamentos (note 16.6); • Outros ativos e passivos financeiros circulantes e não circulantes (notas 16.2 and 16.3). **16.1 Valor justo de ativos e passivos financeiros:** O valor justo de ativos e passivos financeiros é o mesmo dos seus valores contábeis com exceção dos empréstimos. O valor justo é o preço pelo qual uma transação não forçada para vender o ativo ou para transferir o passivo ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração sob condições correntes de mercado. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar os valores justos: O valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outros passivos circulantes aproximam-se dos respectivos valores contábeis, principalmente devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. Quando empréstimos de longo prazo à taxa fixa e à taxa variável são reconhecidos ao valor justo, o valor justo é determinado com base na estimativa dos fluxos de caixa descontados incorridos pelos pagamentos de juros e do principal. Para cada tipo de empréstimo, determinamos uma taxa de desconto a partir da comparação com a taxa de juros usada em transações similares realizadas no último período. O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é obtido a partir de preços de mercado cotados em mercados ativos, quando disponíveis. Investimentos em títulos e valores mobiliários que não são cotados a preço de mercado em mercado ativo e cujo valor justo não possa ser mensurado de forma confiável são mensurados ao custo menos quaisquer perdas no valor recuperável, normalmente calculada em relação à proporção da participação detida. A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos com várias contrapartes, principalmente instituições financeiras com classificação de crédito no grau de investimento. Os derivativos mensurados com técnicas de avaliação que utilizam dados observáveis de mercado são principalmente swaps de taxas de juros, contratos de câmbio a termo e contratos de commodities - futuros e opções. As técnicas de avaliação aplicadas com mais frequência incluem determinação de preço futuro e modelos de swap, utilizando cálculos a valor presente. A Companhia aplica a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de ativos e passivos financeiros e ativos biológicos (nota 14): • Nível 1: preços cotados (sem ajuste) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Nível 2: outras técnicas segundo as quais todos os dados com efeito significativo no valor justo registrado são observáveis, direta ou indiretamente. • Nível 3: técnicas que utilizam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado e que não se baseiam em dados de mercado observáveis. A metodologia adotada pela Companhia para determinar o valor justo dos ativos e passivos pertencentes ao nível 2 da hierarquia aplicada para determinar e divulgar o valor justo é descrita a seguir: • Empréstimos concedidos, empréstimos contraídos e derivativos de taxa de juros são avaliados pelo método de fluxo de caixa descontado. Esse método utiliza taxas de juros e curvas de taxas de juros diretamente observáveis no mercado na data da avaliação; • Derivativos cambiais (futuros) são avaliados com base no recálculo, na data da avaliação, da taxa cambial futura no vencimento do contrato. Esse recálculo utiliza taxas cambiais e curvas de taxa de juros diretamente observáveis no mercado na data da avaliação; • Quaisquer opções de taxas de juros, de câmbio ou de commodities são avaliadas pelo modelo Black & Scholes. Esse modelo utiliza a volatilidade implícita do ativo objeto na data da avaliação; • Risco de contraparte é avaliado utilizando os CDS cotados no mercado na data da avaliação ou, na ausência dessas informações, utilizando os dados disponíveis no mercado secundário (margem de crédito dos títulos cotados em bolsa). Durante o exercício findo em 31 de março de 2024, nenhum ativo e passivo mensurado ao valor justo foi reclassificado de ou para o nível 1 ou nível 2. **16.2 Ativos financeiros:** O IFRS 9 (CPC 48) fornece uma abordagem única para a classificação e mensuração de ativos financeiros, com base nas características do instrumento financeiro e na intenção da administração da Companhia com os seguintes resultados: • ativos financeiros com fluxos de caixa que são representativos do pagamento de principal e juros apenas são mensurados pelo custo amortizado se forem administrados exclusivamente para fins de cobrança desses fluxos; • em outros casos, os ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio do resultado, exceto por instrumentos patrimoniais (participações societárias,etc.) não mantidos para negociação e com alterações no valor que, na eleição, afetam "outros resultados abrangentes". O impacto desses princípios nos ativos é refletido da seguinte forma no balanço patrimonial da Companhia: Os ativos financeiros incluem as seguintes categorias contábeis: participações societárias não consolidadas, aplicações financeiras, empréstimos e recebíveis e instrumentos financeiros derivativos. Na data de aquisição, a Companhia determina a classificação do ativo financeiro em uma dessas categorias contábeis. **Investimentos não consolidados e investimentos financeiros ao valor justo:** Esta categoria inclui principalmente participações societárias não consolidadas e títulos de dívida que não atendem às definições de outras categorias de ativos financeiros. A Companhia optou por reconhecer a mudança no valor justo de seus investimentos em outros resultados abrangentes porque eles atendem à definição de instrumento de patrimônio e não são mantidos para negociação exceto ações mantidas em fundos de investimento com alterações no valor justo reconhecida no resultado financeiro líquido. As diversas categorias de ativos financeiros são apresentadas a seguir:

Em 31 de março de 2024:

(em milhões de R$)	Notas	Total	Empréstimos e recebíveis a custo amortizado	Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo	Nível do valor justo
Contas a receber	9.2	537	537	–	–	–	–
Caixa e equivalentes de caixa	16.5	1.778	–	1.778	–	1.778	1-2
Outros ativos financeiros circulantes		418	367	–	51	51	1-2
dos quais Derivativos	17.1	*51*	–	–	*51*	*51*	1-2
dos quais Impostos a recuperar		*39*	*39*	–	–	–	–
dos quais Chamadas de margem	16.4	*169*	*169*	–	–	–	–
dos quais Adiantamentos a fornecedores		*159*	*159*	–	–	–	–
dos quais Outros		–	–	–	–	–	–
Total dos ativos financeiros circulantes		**2.733**	**904**	**1.778**	**51**	**1.829**	**–**
Ativos financeiros não circulantes com partes relacionadas	22.2	464	464	–	–	–	–
Outros ativos financeiros não circulantes		224	217	–	7	7	1-2
dos quais Derivativos	17.1	*7*	–	–	*7*	*7*	1-2
dos quais Depósitos judiciais		*48*	*48*	–	–	–	–
dos quais Impostos a recuperar		*63*	*63*	–	–	–	–
dos quais Caixa restrito		*100*	*100*	–	–	–	–
dos quais Outros		6	6	–	–	–	–
Total dos ativos financeiros não circulantes		**688**	**681**	**–**	**7**	**7**	**–**
Total dos ativos financeiros		**3.420**	**1.585**	**1.778**	**58**	**1.836**	**–**

Em 31 de março de 2023:

(em milhões de R$)	Notas	Total	Empréstimos e recebíveis a custo amortizado	Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo	Nível do valor justo
Contas a receber	9.2	420	420	–	–	–	–
Caixa e equivalentes de caixa	16.5	1.397	–	1.397	–	1.397	1-2
Ativos financeiros circulantes com partes relacionadas	22.2	92	92	–	–	–	–
Outros ativos financeiros circulantes		521	417	1	104	104	1-2
dos quais Derivativos	17.1	*104*	–	*1*	*104*	*104*	1-2
dos quais Impostos a recuperar		*93*	*93*	–	–	–	–
dos quais Chamadas de margem	16.4	*173*	*173*	–	–	–	–
dos quais Adiantamentos a fornecedores		*150*	*150*	–	–	–	–
dos quais Outros		1	1	–	–	–	–
Total dos ativos financeiros circulantes		**2.430**	**929**	**1.397**	**104**	**1.501**	**–**
Ativos financeiros não circulantes com partes relacionadas	22.2	278	278	–	–	–	–
Outros ativos financeiros não circulantes		206	191	–	15	15	1-2
dos quais Derivativos	17.1	*15*	–	–	*15*	*15*	1-2
dos quais Depósitos judiciais		*50*	*50*	–	–	–	–
dos quais Impostos a recuperar		*61*	*61*	–	–	–	–
dos quais Caixa restrito		*74*	*74*	–	–	–	–
dos quais Outros		6	6	–	–	–	–
Total dos ativos financeiros não circulantes		**484**	**469**	**–**	**15**	**15**	**–**
Total dos ativos financeiros		**2.914**	**1.398**	**1.397**	**119**	**1.516**	**–**

16.3 Financial liabilities: Mensuração e reconhecimento de passivos financeiros ao custo amortizado: Com exceção de passivos financeiros ao valor justo e derivativos mensurados e reconhecidos ao valor justo, empréstimos captados e outros passivos financeiros são mensurados e reconhecidos inicialmente ao valor justo e, então, ao custo amortizado, de acordo com o método da Taxa de juros efetiva "TJE". De acordo com as políticas contábeis do Grupo, a Companhia classifica os juros pagos nas atividades de financiamento em suas demonstrações dos fluxos de caixa. **Mensuração e reconhecimento de passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado:** Quando um passivo financeiro pode ser reconhecido ao valor justo em sua totalidade - como no caso de um passivo com derivativo embutido - a Companhia registra o passivo pelo seu valor justo, sendo as alterações no valor justo reconhecidas no resultado financeiro. As categorias de passivos financeiros estão apresentadas nos quadros a seguir:

Em 31 de março de 2024

(em milhões de R$)	Notas	Total	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo	Nível do valor justo
Financiamentos de curto prazo	16.6	1.777	1.800	–	(23)	1.764	2
Fornecedores	9.3	716	716	–	–	–	–
Outros passivos financeiros circulantes		617	372	1	244	245	1-2
dos quais Derivativos	17.1	*245*	–	*1*	*244*	*245*	1-2
dos quais Impostos e Obrigações estimadas		*126*	*126*	–	–	–	–
dos quais Adiantamentos recebidos		*142*	*142*	–	–	–	–
dos quais Outros		*103*	*103*	–	–	–	–
Total dos passivos financeiros circulantes		**3.110**	**2.888**	**1**	**221**	**2.009**	**–**
Financiamentos de longo prazo	16.6	2.516	2.539	–	(23)	2.166	2
Passivos financeiros não circulantes com partes relacionadas	22.2	608	608	–	–	–	–
Outros passivos financeiros não circulantes		133	1	–	133	133	1-2
dos quais Derivativos	17.1	*133*	–	–	*133*	*133*	1-2
dos quais Outros		1	1	–	–	–	–
Total dos passivos financeiros não circulantes		**3.257**	**3.147**	**–**	**110**	**2.299**	**–**
Total dos passivos financeiros		**6.368**	**6.036**	**1**	**331**	**4.308**	**–**

Em 31 de março de 2023

(em milhões de R$)	Notas	Total	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo	Nível do valor justo
Financiamentos de curto prazo	16.6	1.654	1.635	–	19	1.581	2
Fornecedores	9.3	622	622	–	–	–	–
Outros passivos financeiros circulantes		525	289	–	236	236	1-2
dos quais Derivativos	17.1	*236*	–	–	*236*	*236*	1-2
dos quais Impostos e Obrigações estimadas		*113*	*113*	–	–	–	–
dos quais Adiantamentos recebidos		*84*	*84*	–	–	–	–
dos quais Outros		*92*	*92*	–	–	–	–
Total dos passivos financeiros circulantes		**2.801**	**2.546**	**–**	**255**	**1.817**	**–**
Financiamentos de longo prazo	16.6	2.832	2.859	–	(27)	2.913	2
Passivos financeiros não circulantes com partes relacionadas	22.2	254	254	–	–	–	–
Outros passivos financeiros não circulantes		98	1	–	97	97	1-2
dos quais Derivativos	17.1	*97*	–	–	*97*	*97*	1-2
dos quais Outros		*1*	*1*	–	–	–	–
Total dos passivos financeiros não circulantes		**3.184**	**3.114**	**–**	**70**	**3.010**	**–**
Total dos passivos financeiros		**5.985**	**5.660**	**–**	**325**	**4.827**	**–**

16.4 Chamadas de margem: Nos mercados regulamentados de futuros, o processo de negociação é regulado por uma corretora para garantir que as transações sejam executadas adequadamente até o vencimento. A corretora é uma intermediária entre o comprador e o vendedor e lida com chamadas de margem em particular. Faz chamadas de margem diárias (variação de margem) que visam reconstituir o depósito de segurança de um investidor se este tiver sido iniciado por um movimento significativo do mercado. As chamadas de margem têm a seguinte composição:

(em milhões de R$)	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Margem inicial	100	72
Variação da margem	69	101
Total	**169**	**173**

16.5 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem valores disponíveis e depósitos bancários resgatáveis no curtíssimo prazo (em até três meses) sem risco significativo de perda de valor no caso de variações nas taxas de juros, e aplicações financeiras que são por natureza altamente líquidas e estão sujeitas a riscos insignificantes de variação no valor. As movimentações no saldo de caixa e equivalentes de caixa são apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa. O caixa líquido apresentado na demonstração dos fluxos de caixa é descrito a seguir:

(em milhões de R$)	Nível do valor justo	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Certificados de depósitos bancários	2	875	1.293
Total de equivalentes de caixa		**875**	**1.293**
Caixa	1	903	103
Total de caixa e equivalentes de caixa		**1.778**	**1.397**
Caixa e equivalentes de caixa, líquido		**1.778**	**1.397**

16.6 Financiamentos: As diferentes linhas de crédito de financiamentos estão apresentadas a seguir.

Em 31 de março de 2024
(em milhões de R$)

Índice	Moeda	Tipo	Circulante	Não circulante	Total	Taxa média de juros	Vencimento máximo
CDI	BRL	Capital de giro	–	202	202	12,2%	30/06/2025
CDI	BRL	CRA - Certificado de Recebíveis do Agronegócio	166	–	166	11,4%	15/01/2025
SOFR	USD	Pré-financiamento de exportação e financ. de LP	728	840	1.568	9,3%	16/11/2032
TJLP	BRL	Financiamento de investimentos (BNDES)	92	287	378	9,9%	15/05/2028
TJLP	BRL	Financiamento de investimentos (FINEP)	5	21	25	6,0%	15/08/2029
IPCA	BRL	CRA - Certificado de Recebíveis do Agronegócio	144	143	287	10,6%	15/10/2024
IPCA	BRL	CRA - Certificado de Recebíveis do Agronegócio	153	–	153	9,6%	16/03/2026
IPCA	BRL	Financiamento de investimentos (PCA BNDES)	2	18	20	10,1%	15/07/2033
IPCA	BRL	Debênture de Infraestrutura	10	583	592	10,8%	15/06/2027
SELIC	BRL	Financiamento de investimentos (BNDES)	24	98	121	15,4%	15/10/2037
Total taxa variável			**1.323**	**2.191**	**3.514**	**10,2%**	–
Taxa fixa	BRL	Financ. de investimentos (FINAME)	–	–	–	6,0%	18/11/2024
	BRL	Financ. de investimentos (PCA BNDES)	1	11	12	6,5%	15/07/2033
	BRL	Financ. de investimentos (PCA)	3	12	15	7,5%	15/07/2030
	USD	Pré-financiamento de exportação	199	–	199	6,4%	17/02/2025
	BRL	Capital de giro	171	–	171	14,3%	28/06/2024
Total a taxa fixa			**374**	**23**	**397**	**9,8%**	–
Total de financiamentos antes do custo amortizado			**1.697**	**2.213**	**3.911**	**10,1%**	–
Custo amortizado			(18)	(18)	(36)	–	–
Total de financiamentos			**1.679**	**2.195**	**3.875**	–	–
Passivo de arrendamento			98	321	419	–	–
Total do endividamento			**1.777**	**2.516**	**4.293**	–	–
Caixa e equivalentes de caixa (nota 16.5)			–	–	(1.778)	–	–
Total do endividamento financeiro líquido			–	–	**2.515**	–	–
Ativos financeiros com partes relacionadas (nota 22.2)			–	–	(464)	–	–
Passivos financeiros com partes relacionadas (nota 22.2)			–	–	608	–	–
Total do endividamento financeiro líquido incluindo partes relacionadas			**–**	**–**	**2.660**	–	–

Em 31 de março de 2023
(em milhões de R$)

Índice	Moeda	Tipo	Circulante	Não circulante	Total	Taxa média de juros	Vencimento máximo
CDI	BRL	Capital de giro	234	–	234	16,9%	23/10/2025
CDI	BRL	CRA - Certificado de Recebíveis do Agronegócio	171	162	334	14,4%	15/01/2025
LIBOR	USD	Pré-financiamento de exportação e financ. de LP	66	290	356	9,0%	16/11/2032
SOFR	USD	Pré-financiamento de exportação e financ. de LP	189	974	1.163	9,2%	31/07/2027
TJLP	BRL	Financiamento de investimentos (BNDES) [1]	470	–	470	10,6%	15/05/2028
TJLP	BRL	Financiamento de investimentos (FINEP)	5	25	30	6,0%	15/08/2029
UMBNDES	Basket	Financiamento de investimentos (BNDES) [1]	2	–	2	6,8%	17/07/2023
IPCA	BRL	CRA - Certificado de Recebíveis do Agronegócio	292	414	706	11,2%	15/10/2024
IPCA	BRL	Financiamento de investimentos (PCA BNDES) [1]	22	–	22	6,1%	15/07/2033
IPCA	BRL	Debênture de Infraestrutura	29	538	567	12,0%	15/06/2027
SELIC	BRL	Financiamento de investimentos (BNDES) [1]	117	–	117	18,4%	15/10/2037
Total taxa variável			**1.598**	**2.403**	**4.000**	**11,2%**	–
Taxa fixa	BRL	Financ. de investimentos (FINAME)	2	–	2	4,2%	18/11/2024
	BRL	Financ. de investimentos (PCA BNDES) [1]	13	–	13	6,5%	15/07/2033
	BRL	Financ. de investimentos (PCA)	4	13	17	7,1%	15/07/2030
	USD	Pré-financiamento de exportação	2	201	202	6,4%	17/02/2025
Total a taxa fixa			**21**	**214**	**235**	**6,4%**	–
Total de financiamentos antes do custo amortizado			**1.618**	**2.617**	**4.235**	**11,0%**	–
Custo amortizado			(23)	(35)	(58)	–	–
Total de financiamentos			**1.595**	**2.582**	**4.177**	–	–
Passivo de arrendamento			59	250	310	–	–
Total do endividamento			**1.654**	**2.832**	**4.486**	–	–
Caixa e equivalentes de caixa (nota 16.5)			–	–	(1.397)	–	–
Total do endividamento financeiro líquido			–	–	**3.090**	–	–
Ativos financeiros com partes relacionadas (nota 22.2)			–	–	(370)	–	–
Passivos financeiros com partes relacionadas (nota 22.2)			–	–	254	–	–
Total do endividamento financeiro líquido incluindo partes relacionadas			–	–	**2.974**	–	–

[1] Em 31 de março de 2023, financiamentos com o BNDES estão divulgados no passivo circulante devido a ausência de resposta sobre pedido de waiver que foi formalmente concedido em 28 de setembro de 2023.

Financiamentos existentes na Companhia: Os financiamentos da Companhia são em sua maioria empréstimos bancários e captações no mercado de capitais, por meio da emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e Debêntures. A empresa se beneficia de um grande empréstimo de financiamento de projetos do BNDES, dois grandes empréstimos de pré-financiamento de exportação e várias linhas de crédito bilaterais de curto e médio prazo. Todas as taxas médias listadas abaixo são ponderadas pelos valores em aberto. Os empréstimos com taxa flutuante são baseados em uma taxa de referência variável (CDI, IPCA, SOFR, entre outros) à qual é adicionada uma margem contratual. A taxa de juros efetiva é a soma de ambos os itens e variam ao longo do tempo, mas uma taxa de juros média anual pode ser calculada conforme a tabela acima. **a/Financiamentos com base em CDI (CDI - Certificado de Depósitos Interbancários):** Em 31 de março de 2024, a maior parte da dívida baseada em CDI da Tereos estava na forma de capital de giro, financiamentos estruturados e CRAs. Estes empréstimos possuem uma taxa de juros média de 11,9%. Em fevereiro

continua

DocuSigned by
Estadão
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533946000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 21/06/2024 | 23:05:22 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 58200197-79BA-40E5-A15D-DA0FCEE82D12

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA TEREOS AÇÚCAR E ENERGIA BRASIL S.A.

de 2024, a Companhia assinou um novo contrato bilateral de R$ 200 milhões com o banco Safra indexado a CDI + 1,43% com vencimento em junho de 2025 e fez um hedge em uma operação de swap por uma exposição a um empréstimo em USD para aprimorar o hedge natural com a receita de exportação com uma taxa de juros fixa de SOFR + 2,95%. O saldo de financiamentos em CDI é de R$ 368 milhões em 31 de março de 2024 (R$ 567 milhões em 31 de março de 2023), dos quais R$ 202 milhões com hedge em uma operação de swap para SOFR USD. **b/Financiamentos com base em SOFR (Denominados em USD):** Com o objetivo de alongar os vencimentos dos financiamentos de capital de giro e melhorar o hedge natural das receitas de exportação, a Companhia estruturou financiamentos com parcela significativa de contratos de pré-financiamento de exportação de médio prazo à taxa SOFR mais margem. Esses financiamentos baseados em SOFR são denominados em USD mais uma margem que varia de 2,30% a 5,03% com uma média de 4,34%. A maioria desses financiamentos está garantida pela cessão de futuros recebíveis de exportação. Estes empréstimos possuem uma taxa de juros média de 9,3%. Em abril de 2023, a Companhia assinou um novo contrato de empréstimo de USD 39,5 milhões com o banco Santander indexado a SOFR + 2,8% e em março de 2024 assinou um outro contrato de empréstimos de USD 18 milhões com o CCB - *China Construction Bank* a SOFR + 2,30%, sendo os dois com um ano de duração. O valor em aberto dos financiamentos em USD baseados em SOFR é de R$ 1.568 milhões em 31 de março de 2024 (R$ 1.163 milhões em 31 de março de 2023). **c/Financiamentos baseados em TJLP (TJLP - taxa de juros estadual de longo prazo):** Os financiamentos de médio/longo prazo são denominados em reais e consistem em linhas de financiamento de equipamentos do BNDES garantidos por penhor sobre os equipamentos financiados. Estes empréstimos possuem uma taxa de juros média de 9,6%. O valor em aberto dos financiamentos baseados em TJLP é de R$ 378 milhões em 31 de março de 2024 (R$ 500 milhões em 31 de março de 2023). **d/Financiamentos com base no IPCA (IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo):** Os financiamentos baseados no IPCA compreendem captações por meio do mercado de capitais, como Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e Debêntures. As margens aplicadas variam de 4,9% a 6,1% com média de 5,6%. Estes empréstimos possuem uma taxa de juros média de 10,5%. O valor em aberto dos financiamentos baseados em IPCA é de R$ 1.052 milhões em 31 de março de 2024 (R$ 1.296 milhões em 31 de março de 2023), dos quais R$ 879 milhões com hedge em uma operação de swap para CDI. **e/Financiamentos com base na SELIC (SELIC - Taxa Básica de Juros definida pelo Banco Central do Brasil):** Uma linha específica de financiamento do BNDES está disponível e negociada com base na SELIC mais uma margem que varia de 4,14% a 4,79% com média de 4,47%. O valor em aberto era de R$ 121 milhões em 31 de março de 2024 (R$ 117 milhões em 31 de março de 2023). Estes empréstimos possuem uma taxa de juros média de 15,4%. **f/Financiamentos com taxa fixa:** Os financiamentos pré-fixados consistem principalmente linhas de capital de giro, um contrato de pré-financiamento de exportação e outras linhas menores. Em abril de 2023, a Companhia assinou um novo contrato bilateral de R$ 150 milhões com o banco Safra com taxa de 14,25% por ano e data de vencimento em junho de 2024 e fez um hedge em uma operação de swap por uma exposição a um empréstimo em USD para aprimorar o hedge natural com a receita de exportação com uma taxa de juros fixa de 8,20% ao ano. O valor em aberto dos financiamentos prefixados é de R$ 397 milhões em 31 de março de 2024 (R$ 235 milhões em 31 de março de 2023). Estes empréstimos possuem uma taxa de juros média de 9,8%. **Taxa média de juros:** A taxa de juros média global é de 10,1% em 31 de março de 2024 contra 11,0% em 31 de março de 2023. **Detalhamento por moeda estrangeira:** O detalhamento da dívida bruta em moeda estrangeira da Companhia em 31 de março de 2024 é apresentado a seguir:

Moeda	USD	BRL	Total
Milhões de R$ em 31 de março de 2024	1.767	2.144	3.911

Cronograma de amortização: O cronograma de amortização do endividamento em 31 de março de 2024 é apresentado a seguir:

Em 31 de março de 2024

(em milhões de R$)	< 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	superior a 5 anos	Total
Financiamentos antes do custo amortizado	1.697	1.003	568	425	75	142	3.911
Passivo de arrendamento	98	80	67	53	26	95	419

Reconciliação das movimentações nos empréstimos e financiamentos com a demonstração dos fluxos de caixa: A movimentação dos empréstimos e financiamentos estão demonstradas abaixo:

(em milhões de R$)	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Saldo inicial bruto	**4.487**	**4.783**
Captações	633	961
Pagamentos [1]	(1.089)	(1.567)
Movimentação no passivo financeiro	(6)	117
Movimentações que afetaram o Caixa	**(462)**	**(489)**
Ajustes a valor justo	(29)	80
Impactos do IFRS 16 (CPC 06 (R2))	272	80
Outros	26	33
Movimentações que não afetaram o Caixa	**269**	**193**
Saldo final bruto	**4.293**	**4.487**

[1] *Dos quais R$ (163) milhões relativo ao IFRS 16 (CPC 06 (R2)), contra R$ (132) milhões em 31 de março de 2023.*

16.7 Cláusulas restritivas: Os covenants a seguir referem-se a Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. e suas subsidiárias.

Tipo em 31 de março de 2024	Definição	Nível de acionamento
Endividamento líquido	Endividamento líquido consolidado da Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A./EBITDA ajustado consolidado da Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.	Max. 4,5
Cobertura de juros	EBITDA ajustado consolidado da Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A./Despesas financeiras consolidadas líquidas da Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.	Min. 2,0
Liquidez	Ativo circulante consolidado da Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A./Passivo circulante consolidado da Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.	Min. 1,0

A Companhia está em conformidade com todos os *covenants* na data de emissão destas demonstrações financeiras.

17. RISCO DE MERCADO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No âmbito das suas atividades operacionais e financeiras, a Companhia está exposto aos seguintes riscos financeiros: • Riscos de mercado: Risco de taxa de juros, risco cambial, risco de commodities e risco de energia; • Riscos de liquidez. A Companhia usa instrumentos derivativos para gerenciar e reduzir sua exposição a riscos de mudança em taxas de juros, taxas cambiais e preços de commodities. Instrumentos derivativos são mensurados ao valor justo na demonstração da posição financeira, independentemente de serem atribuíveis à classificação de hedge accounting sob a IFRS 9 (CPC 48), nas rubricas de outros ativos e passivos financeiros. O valor justo dos derivativos é estimado usando modelos de avaliação comumente usados, levando em consideração dados de mercados ativos. Os instrumentos derivativos que não se enquadrem na definição de instrumentos de hedge são qualificados como "mantidos para negociação". As variações no valor justo dos derivativos mantidos para negociação são reconhecidas na demonstração do resultado. As variações no valor justo dos derivativos de trading, bem como a parcela inefetiva dos derivativos qualificados como hedge de fluxo de caixa, são reconhecidas no resultado, os resultados dos derivativos liquidados qualificados como "mantidos para negociação" ou como hedge são classificados como: • Despesas e receitas financeiras, quando o risco subjacente é classificado como receitas e despesas financeiras (taxa de juros e taxa de câmbio financeira); • Despesas e receitas operacionais, quando o risco subjacente é classificado como despesas e receitas operacionais (matérias-primas, produtos acabados e variação operacional). Sempre que possível, como parte das atividades operacionais da Companhia, os instrumentos derivativos são reconhecidos de acordo com as normas de hedge accounting. A contabilidade de hedge é aplicável se: • A relação de cobertura é claramente definida e documentada na data em que é constituída; • A efetividade da relação de cobertura é demonstrada desde o seu início e posteriormente através da verificação regular da correlação entre a variação do valor de mercado do instrumento de cobertura e do item coberto. Os tipos de relações de hedge accounting atualmente implementados pela Companhia atendem aos requisitos do IFRS 9 (CPC 48) e estão alinhados com a estratégia e os objetivos de gestão de risco da Companhia. A Companhia usa coberturas de fluxo de caixa, bem como coberturas de valor justo. Nestas relações de cobertura, a efetividade do derivativo é avaliada pelo método dos derivados hipotéticos: o derivado designado em cada relação de cobertura deve permitir compensar as variações dos fluxos de caixa do item coberto. As principais fontes de ineficácia são: • O efeito do risco de crédito da Companhia e de suas contrapartes sobre o valor justo dos instrumentos de hedge que não se reflete na mudança no valor justo dos itens cobertos (taxa de câmbio, taxas de juros e commodities). De acordo com o IFRS 13 (CPC 46), o risco de crédito em instrumentos derivativos é mensurado regularmente. A falta de materialidade nunca deu lugar ao reconhecimento de um ajustamento a este respeito; • Mudanças no momento e no valor dos fluxos de caixa esperados de transações cobertas para risco de moeda estrangeira. As mudanças no valor justo de um período para o outro são reconhecidas de forma diferente dependendo do tipo de contabilidade de hedge aplicada. Os hedges de fluxo de caixa (HFC) são usados para proteger a exposição a mudanças no fluxo de caixa de um ativo ou passivo reconhecido ou de uma transação prevista em que é altamente provável que afete o lucro líquido reportado. Para hedges de fluxo de caixa, a parte efetiva da variação do valor justo do instrumento de cobertura é registrada diretamente em outros resultados abrangentes, a variação do valor justo da operação subjacente não é registrada na demonstração do resultado do exercício. A mudança no valor da parte ineficaz é reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes são reciclados na demonstração do resultado no mesmo período que o próprio item coberto. O valor do tempo das opções documentadas como hedge de fluxo de caixa é tratado como o custo de hedge: as mudanças no valor justo do valor do tempo são reconhecidas em "outros resultados abrangentes" e depois reciclados em receita operacional ou financeira ao mesmo tempo que o item coberto. Os instrumentos de hedge de commodities que se enquadram no escopo do IFRS 9 (CPC 48) são instrumentos derivativos e são mensurados pelo valor justo. O impacto líquido das transações fechadas é reconhecido no resultado operacional. Detalhamento por tipo de instrumento derivativo:

Em 31 de março de 2024

(em milhões de R$)		Nível	Valor nocional	Valor justo – Ativos	Valor justo – Passivos	Valor justo – Líquido
Derivativos de taxa de juros	Hedge de fluxo de caixa		1.252	6	(126)	(119)
Derivativos de taxa de juros		**2**	**1.252**	**6**	**(126)**	**(119)**
Contratos de NDF	Hedge de fluxo de caixa		1.849	12	(5)	7
Contratos de NDF	Negociação		220	–	(1)	(1)
Empréstimos em USD classificados como hedge de fluxo de caixa	Hedge de fluxo de caixa		1.442	–	46	46
Derivativos cambiais		**2**	**3.511**	**12**	**40**	**52**
Contratos futuros de commodities	Hedge de fluxo de caixa		1.746	39	(247)	(207)
Derivativos de commodities		**1**	**1.746**	**39**	**(247)**	**(207)**
Total			**6.509**	**58**	**(332)**	**(274)**

Em 31 de março de 2023

(em milhões de R$)		Nível	Valor nocional	Valor justo – Ativos	Valor justo – Passivos	Valor justo – Líquido
Derivativos de taxa de juros	Hedge de fluxo de caixa		1.092	15	(96)	(81)
Derivativos de taxa de juros		**2**	**1.092**	**15**	**(96)**	**(81)**
Contratos de NDF	Hedge de fluxo de caixa		1.182	103	–	103
Empréstimos em USD classificados como hedge de fluxo de caixa	Hedge de fluxo de caixa		1.367	–	8	8
Derivativos cambiais		**2**	**2.549**	**103**	**8**	**110**
Contratos futuros de commodities	Hedge de fluxo de caixa		1.181	2	(237)	(235)
Derivativos de commodities		**1**	**1.181**	**2**	**(237)**	**(235)**
Total			**4.822**	**120**	**(325)**	**(206)**

Impactos em derivativos são apresentados a seguir:

Variação no resultado abrangente	Categoria	Em 31 de março de 2024 – Valor justo*	Receitas (Despesas) – Reciclagem de outros resultados abrangentes	Receitas (Despesas) – Outros resultados abrangentes
Derivativos de taxa de juros	Hedge de fluxo de caixa	(41)	–	19
Derivativos cambiais	Negociação	(1)	–	–
	Hedge de fluxo de caixa	–	209	(95)
	Empréstimos em USD classificados como hedge de fluxo de caixa	–	(10)	38
Derivativos de commodities	Hedge de fluxo de caixa	(1)	(535)	16
Total		**(42)**	**(336)**	**(23)**
Efeito dos impostos diferidos em outros resultados abrangentes		–	–	8
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		**–**	**–**	**(15)**
Dos quais outros resultados abrangentes reciclados em receita líquida			*(336)*	*336*

** Dos quais uma parcela inefetiva de R$ (42) milhões de derivativos classificadas como hedge*

G. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Reservas: A natureza e o objetivo de cada reserva são apresentados a seguir: **Reserva para hedge de fluxo de caixa (HFC):** A reserva para hedge de fluxo de caixa contém a parcela efetiva das relações de hedge de fluxo de caixa incorrida na data das demonstrações financeiras, líquida de impostos. Para mais informações sobre os métodos contábeis aplicados ao uso dessa reserva, vide nota 17.1. **Outros Resultados abrangentes:** Os itens de outros resultados abrangentes são referentes a: • Hedge de fluxo de caixa que a Companhia utiliza para proteger taxas de juros, câmbio e commodity; • Movimentações no valor justo de investimentos não consolidados; e • O impacto de movimentações nas reservas de ajuste acumulado de conversão durante o período. O impacto do valor justo de instrumentos financeiros é explicado na nota 15.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital emitido e ágio na emissão de ações: As movimentações no capital social durante o período são apresentadas a seguir:

(em milhões de R$)	Quantidade de ações	Capital emitido
Em 31 de março de 2022	**646.670.717**	**2.840**
Movimentação do capital	(14.016.404)	(62)
Em 31 de março de 2023	**632.654.313**	**2.778**
Em 31 de março de 2024 *	**632.654.313**	**2.778**

** O valor nominal por ação em 31 de março de 2024 é 4,3915 R$, contra 4,3915 R$ em 31 de março de 2023.*

18.2 Lucro (prejuízo) por ação: O número médio de ações ordinárias utilizadas no cálculo do lucro por ação é de 632.654.313 ações no exercício encerrado em 31 de março de 2024 e 644.437.334 ações para o ano encerrado em 31 de março de 2023. Para os exercícios findos em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2023, o lucro (prejuízo) diluído por ação é o mesmo que o básico. O lucro (prejuízo) por ação para os exercícios findos em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2023 somou R$ 1,0578 e R$ (0,8145), respectivamente. **18.3 Dividendos propostos e pagos:** De acordo com a legislação mencionada no parágrafo anterior, os acionistas têm direito de receber a título de dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro anual líquido (lucro líquido atribuível aos proprietários da Controladora) ajustado pelos seguintes itens: (i) constituição da reserva legal; (ii) movimentações na provisão para contingências; (iii) reserva de incentivos fiscais; e (iv) realização da reserva de lucros a realizar. O cálculo do dividendo mínimo é baseado no resultado líquido da Companhia e a distribuição é permitida apenas se as reservas no patrimônio forem positivas. Considerando que as reservas em 31 de março de 2024 são negativas, nenhum pagamento mínimo será proposto à assembleia de acionistas. **18.4 Reserva de incentivo fiscal:** A Companhia aplica o benefício concedido pelo Governo referente ao Convênio ICMS nº 116/2022 e EC nº 123/2022, atribuindo crédito outorgado, utilizado na escrituração dos contribuintes para compensação de débitos de ICMS em sua apuração ordinária. O montante apurado para o exercício findo em 31 de março de 2024 foi de R$ 0 milhões (R$ 107 milhões em 31 de março de 2023) conforme segue:

(em milhões de R$)	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Saldo inicial	**107**	**–**
Incentivo fiscal do ano	–	107
Reserva de incentivo fiscal constituída com lucro do exercício corrente	–	–
Reserva de incentivo fiscal constituída com lucro de exercícios anteriores	–	–
Saldo final a ser constituído	**107**	**107**

H. IMPOSTO DE RENDA

19. IMPOSTO DE RENDA RECONHECIDO NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Impostos sobre a renda apresentados na demonstração do resultado inclui a despesa/receita de imposto de renda corrente e diferido. **Imposto de renda corrente:** Calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável do exercício é diferente do lucro líquido antes dos impostos apresentado na demonstração do resultado, uma vez que exclui as receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis, respectivamente, em outros períodos, bem como as receitas ou despesas que nunca são tributáveis ou dedutíveis. O ativo ou passivo do imposto de renda corrente é reconhecido no balanço patrimonial, utilizando alíquotas fiscais vigentes no encerramento do exercício. **19.1 Imposto de renda reconhecido na demonstração do resultado:** A composição da despesa de imposto de renda é apresentada a seguir:

	Exercício findo em	
(em milhões de R$)	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Imposto de renda corrente	(18)	(53)
Imposto de renda diferido	(97)	323
Total	**(115)**	**269**

19.2 Reconciliação da alíquota fiscal nominal e efetiva: A conciliação entre a alíquota fiscal nominal e a efetiva está apresentada a seguir:

	Exercício findo em	
(em milhões de R$)	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Lucro (prejuízo) líquido	669	(525)
Equivalência patrimonial	57	1
Receita (despesa) de imposto de renda	(115)	269
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e equivalência patrimonial	**727**	**(795)**
Alíquota fiscal do imposto de renda no Brasil	*34%*	*34%*
Imposto de renda com base na alíquota do imposto de renda no Brasil	**(247)**	**270**
Reconhecimento de prejuízos fiscais não reconhecidos anteriormente	74	–
Receita Cbios	20	11
Outras despesas não dedutíveis para fins fiscais	38	(12)
Ajustes para conciliar imposto de renda	**132**	**(1)**
Imposto de renda efetivo	**(115)**	**269**
Alíquota efetiva de imposto de renda	*16%*	*34%*

20. IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO E IMPOSTO DE RENDA

Segundo a IAS 12 (CPC 32), os impostos diferidos baseiam-se em diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos e as suas bases fiscais. Os impostos diferidos são reconhecidos como despesas e receitas na demonstração do resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes. Neste caso, os impostos diferidos são registrados, também, em outros resultados abrangentes. Os impostos diferidos são calculados com base na alíquota fiscal a ser aplicada durante o exercício fiscal em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, sendo classificados em ativos e passivos não circulantes. Os efeitos das variações nas alíquotas do imposto de um período para outro são lançados no resultado do exercício em que a variação ocorreu, a menos que se esteja relacionada a itens anteriormente reconhecidos fora da demonstração do resultado. Prejuízos fiscais não utilizados possuem prazo indeterminado e não estão sujeitos a ajuste de inflação. A recuperação esperada de todos os ativos de imposto diferido é suportada por projeções de lucros tributáveis, que foram aprovadas pela Administração da Companhia. Essas projeções de lucros tributáveis futuros incluem várias estimativas relativas ao desempenho das economias internacionais e especificamente econômica em que o Grupo atua, flutuações de taxa de câmbio, volume de vendas, preço de vendas, alíquotas fiscais, que podem diferir dos dados e valores reais. O ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias, de prejuízos fiscais e de créditos fiscais passíveis de diferimento está limitado ao montante estimado de realização do imposto. Essa posição é analisada a cada encerramento de exercício, de acordo com a previsão do lucro tributável das entidades fiscais aplicáveis. Segundo a IAS 12 (CPC 32), o ativo e o passivo fiscais diferidos não são descontados a valor presente. A composição do imposto de renda corrente e diferido no balanço patrimonial é apresentada a seguir:

(em milhões de R$)	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Imposto de renda a recuperar	75	29
Imposto de renda a pagar	(54)	(44)
Total do imposto corrente	**21**	**(15)**
Impostos diferidos ativos	311	400
Total de impostos diferidos	**311**	**400**

O imposto de renda diferido líquido é R$ 311 milhões ativo, incluindo R$ 237 milhões decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. A composição dos impostos diferidos registrados no balanço patrimonial é descrita a seguir:

(em milhões de R$)	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Impostos diferidos ativos na demonstração de resultado	236	333
Impostos diferidos ativos no patrimônio líquido	75	67
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	**311**	**400**
Total de impostos diferidos	**311**	**400**

(em milhões de R$)	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Diferenças entre o valor contábil e a base fiscal	74	205
Ativo fixo tangível e intangível	*(137)*	*17*
Ativos biológicos	*(86)*	*(79)*
Ativos e passivos financeiros	*262*	*234*
Outros	*34*	*33*
Prejuízos fiscais não utilizados e identificados como imposto diferido ativo	237	195
Total	**311**	**400**

A variação dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

(em milhões de R$)	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Impostos diferidos em 1 de abril	**400**	**121**
Valor registrado na demonstração do resultado	(97)	323
Valor registrado em outros lucros abrangentes	8	(44)
Impostos diferidos em 31 de março	**311**	**400**

A expectativa de recuperação dos créditos com impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, indicada pelas projeções do lucro tributável aprovadas pela Administração da Companhia, é a seguinte:

(em milhões de R$)	31 de março de 2024	31 de março de 2023
N+1	77	21
N+2	65	42
N+3	63	46
N+4	32	44
N+5	–	42
Total	**237**	**195**

Impostos diferidos ativos sobre prejuízo fiscais acumulados não reconhecidos somam R$ 0 milhões em 31 de março de 2024 (comparados a R$ 75 milhões em 31 de março de 2023).

I. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

21. PROVISÕES

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação (legal, contratual ou constituída) perante um terceiro, desde que possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que resulte em uma saída de recursos, sem nenhuma consideração pelo menos equivalente esperada em troca. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo for relevante, a provisão é descontada ao valor presente. A taxa de desconto utilizada para determinar o valor presente deve refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos relacionados com as obrigações que estão sendo mensuradas. O efeito desse desconto é registrado em despesas financeiras. Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando um plano formal detalhado é anunciado ou quando a implementação de um plano de reestruturação já foi iniciada. Ao contrário da definição acima de uma provisão, um passivo contingente é: • Uma obrigação potencial resultante de um evento passado cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um evento incerto que não está sob o controle do Grupo; • Uma obrigação atual resultante de um evento passado para o qual o valor da obrigação não pode ser estimado com segurança ou não é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para extinguir a obrigação. As seguintes provisões são registradas como segue:

	Não circulante	
(em milhões de R$)	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Provisão trabalhista	39	33
Provisão fiscal	1	–
Provisão ambiental	3	8
Outras	6	5
Total	**48**	**46**

A movimentação nas provisões durante o exercício está apresentada a seguir:

(em milhões de R$)	Trabalhista	Fiscal	Ambiental	Outros	Total
Em 1 de abril de 2022	**30**	**–**	**13**	**4**	**47**
Provisões reconhecidas no ano	3	–	–	1	4
Valores usados	–	–	(2)	(2)	(5)
Outros	–	–	(2)	2	–
Em 31 de março de 2023	**33**	**–**	**8**	**5**	**46**
Provisões reconhecidas no ano	6	1	–	1	8
Valores usados	–	–	(5)	–	(6)
Em 31 de março de 2024	**39**	**1**	**3**	**6**	**48**

O quadro abaixo apresenta um resumo dos litígios com perda provável e possível envolvendo a Companhia:

	Provável		Possível	
(em milhões de R$)	Número de ações	Provisão	Número de ações	Ações com possível perda
Trabalhista	212	39	556	94
Fiscal	1	1	346	1.964
Ambiental	5	3	144	17
Outras	10	6	59	32
Em 31 de março de 2024	**228**	**48**	**1.105**	**2.106**
Trabalhista	156	33	751	117
Fiscal	–	–	387	2.109
Ambiental	9	8	151	21
Outras	17	5	67	30
Em 31 de março de 2023	**182**	**46**	**1.356**	**2.277**

Provisões Trabalhistas: A Companhia enfrenta processos trabalhistas. As principais reclamações desses processos são: (i) horas extras por prorrogação da jornada; (ii) hora extra durante horário de almoço; (iii) adicional por insalubridade e adicional de periculosidade; (iv) indenização em decorrência de acidente de trabalho; e (v) terceirização de mão de obra. **Provisões Ambientais:** A Companhia atualmente figura como parte em processos administrativos e judiciais relacionados, principalmente, a ocorrência de incêndios em áreas de cultivo de cana-de-açúcar. **Provisões Tributários:** A Companhia está envolvido em diversos processos tributários envolvendo principalmente: (i) créditos de ICMS relativos ao consumo de óleo diesel vinculado ao plantio e colheita de cana-de-açúcar; (ii) créditos de PIS/COFINS com documentação insuficiente; (iii) Contribuição Previdenciária sobre exportações realizadas por meio de tradings (exportação indireta); (iv) Contribuições PIS/COFINS (não cumulativas) sobre o etanol; (v) PIS compensado com créditos judiciais; (vi) isenção de multas por denúncia espontânea quando a Companhia considera que uma decisão favorável é possível e para a qual não foram constituídas provisões; e (vii) ICMS devido a desvios informados entre produção e vendas. **Provisões Cíveis:** A Companhia figura como parte em litígios de naturezas distintas, ligados, principalmente, a acidentes de trabalho, acidentes de trânsito, incêndios, rescisões contratuais litigiosas e recuperações de crédito, dentre outras. Na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras individuais, a Administração não tem conhecimento de nenhum processo adicional envolvendo riscos significativos que possam afetar a receita ou posição financeira da Companhia.

J. OUTRAS INFORMAÇÕES

22. PARTES RELACIONADAS

22.1 Transações operacionais com partes relacionadas: As transações apresentadas abaixo não incluem transações com pessoas físicas ou empresas controladas por pessoas físicas. Essas transações não são significativas. Foram realizadas transações com as seguintes empresas:

	Vendas		Compras	
(em milhões de R$)	31 de março de 2024	31 de março de 2023	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Entidades controladoras da Companhia				
a/Tereos Participations	5	5	66	54
Coligadas				
São José Agricultura	–	–	–	2
Vertente	60	93	30	28
Entidades controladas pelo Grupo Tereos				
b/Tereos Commodities France (ex TBE)	2.580	1.510	11	18
c/Tereos Amido e Adoçantes Brasil	7	2	–	–

	A receber		A pagar	
(em milhões de R$)	31 de março de 2024	31 de março de 2023	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Entidades controladoras da Companhia				
a/Tereos Participations	5	6	13	3
Coligadas				
Vertente	64	71	3	11
Entidades controladas pelo Grupo Tereos				
b/Tereos Commodities France (ex TBE)	61	3	11	18
c/Tereos Amido e Adoçantes Brasil	2	7	–	–

a/Um contrato de serviços intragrupo foi firmado em 1º de abril de 2016 entre a Tereos Participations como prestadora de serviços e a Companhia e suas subsidiárias. O contrato estabelece os termos e condições sob os quais a Tereos Participations fornecerá aos beneficiários certos serviços, em particular nas áreas de TI, administração, estratégia, seguros, financiamento e tesouraria, contabilidade e consolidação, comunicação, desenvolvimento de negócios, jurídico e tributário. Em consideração pela prestação de tais serviços, a Tereos Participations receberá uma remuneração igual aos custos diretos e/ou indiretos incorridos pela Tereos Participations em conexão com a prestação de tais serviços, além de uma margem de 9%. b/Algumas atividades operacionais (venda de açúcar fora do mercado brasileiro) pelo Grupo foram realizadas com a Tereos Commodities France (uma subsidiária da Tereos Participation) em condições de mercado. c/Alguns reembolsos de despesas são faturados pela Companhia à Tereos Amido e Adoçantes Brasil S.A. **22.2 Transações financeiras com partes relacionadas:** As principais transações financeiras foram realizadas com as seguintes empresas:

	Ativos financeiros		Passivos financeiros	
(em milhões de R$)	31 de março de 2024	31 de março de 2023	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Entidades controladoras da Companhia				
NewCo Tereos Internacional BR Ltda	304	266	–	–
Coligadas				
Tereos Commodities Brasil	14	12	–	–
a/Vertente	146	92	–	–
Entidades controladas pelo Grupo Tereos				
b/Tereos Finance Group 1	–	–	608	254

a/Em julho de 2023, a Companhia firmou um novo mútuo de R$ 70 milhões com a Vertente com data de vencimento em abril de 2026 e em março de 2024, a Vertente pagou um mútuo de junho de 2022 no valor total de R$ 39 milhões, dos quais R$ 9 milhões são juros. b/Durante a safra, a Companhia captou um novo mútuo de USD 50 milhões e EUR 20 milhões com a Tereos Finance Group 1 com data de vencimento em abril de 2026 e durante a safra, a Companhia pagou R$ 34 milhões de juros. Nenhum outro valor material de juros foi pago ou recebido de partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023. Os ativos e passivos financeiros com partes relacionadas são classificados no balanço patrimonial como segue:

(em milhões de R$)	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Ativos financeiros circulantes com partes relacionadas	–	92
Ativos financeiros não circulantes com partes relacionadas	464	278
Passivos financeiros não circulantes com partes relacionadas	(608)	(254)
Total de ativos (passivos) financeiros líquidos de partes relacionadas	**(144)**	**116**

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Nenhum.

A Diretoria

Contador: Giovani Henrique Alves dos Santos - CRC SP-336385/O-4

continua

DocuSigned by
Estadão
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 21/06/2024 | 23:05:28 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 58200197-79BA-40E5-A15D-DA0FCEE82D12

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA TEREOS AÇÚCAR E ENERGIA BRASIL S.A.

Aos Administradores e Acionistas da **Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Mensuração do valor justo dos ativos biológicos: Conforme divulgado na nota explicativa 14 às demonstrações financeiras individuais, a mensuração do valor justo dos ativos biológicos é determinada através de técnicas de avaliação amparadas por mercado não observável e líquido, com premissas que consideram dados internos e externos, principalmente relacionadas à produtividade prevista, preços médios projetados de Açúcar Total Recuperável ("ATR") e taxa de desconto dos fluxos de caixa. Ajustes nas premissas utilizadas no cálculo do ativo biológico podem, potencialmente, gerar efeitos significativos nas demonstrações financeiras individuais nas rubricas "Ativo biológico", no ativo circulante e em "Custos dos produtos vendidos", no resultado do exercício. Em função dos riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da diretoria da Companhia e que podem gerar impacto relevante na determinação do valor justo dos ativos biológicos e, consequentemente, nas demonstrações financeiras individuais como um todo, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, entendimento e análise do modelo utilizado para a estimativa do valor justo dos ativos biológicos; envolvimento de especialistas para nos auxiliar na análise e revisão sobre a adequação das principais premissas utilizadas para determinar o valor justo dos ativos biológicos, incluindo produtividade dos canaviais, áreas plantadas e taxa de desconto; comparação das premissas de produtividade com informações históricas internas e externas disponíveis; análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas; avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais de 31 de março de 2024. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos ativos biológicos, que está consistente com a avaliação da diretoria da Companhia, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria da Companhia na mensuração do valor justo dos ativos biológicos, assim como as respectivas divulgações relacionadas a esse assunto nas notas explicativas 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais. Valorização dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos e designação da contabilidade de proteção ("hedge accounting"): Conforme descrito nas notas explicativas 16 e 17 às demonstrações financeiras individuais, a diretoria da Companhia mantém estratégias para proteger seus fluxos de caixa futuros do impacto de variáveis relevantes, tais como flutuações de câmbio, juros e volatilidade de preços no mercado de commodities. Essas estratégias consistem na contratação de instrumentos financeiros derivativos específicos para cada tipo de risco (futuros, swap, forward, entre outros). Alguns desses instrumentos financeiros são designados como objeto de "hedge" atrelados a um risco específico determinado e documentado, com a finalidade de reconhecer no mesmo momento o resultado dos impactos do instrumento (derivativo e não derivativo) e do objeto protegido, o que é conhecido como "hedge accounting". Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à complexidade das estimativas e elevado grau de julgamento envolvido na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, bem como na determinação de uma relação de hedge e sua efetividade e, os impactos significativos nas demonstrações financeiras que alterações nas premissas de mensuração dos instrumentos financeiros e designações de hedge podem gerar. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, entendimento e análise dos modelos aplicados pela diretoria da Companhia na avaliação da valorização dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos e designação da contabilidade de proteção ("hedge accounting"); obtenção de confirmações externas junto às instituições financeiras; envolvimento de especialistas em instrumentos financeiros para avaliar a adequação da documentação suporte das relações de hedge, bem como a razoabilidade das principais premissas utilizadas para calcular o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, utilizando informações de transações recentes de mercado, taxa de desconto e risco de crédito da Companhia e das contrapartes; avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais de 31 de março de 2024. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos e designação da contabilidade de proteção ("hedge accounting"), que está consistente com a avaliação da diretoria da Companhia, consideramos que os critérios e premissas utilizados para a determinação da valorização dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos e designação da contabilidade de proteção ("hedge accounting") adotados pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações relacionadas a esse assunto nas notas explicativas 16 e 17, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais. **Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes:** Conforme mencionado na nota explicativa 5, em decorrência da mudança de política contábil do tratamento contábil para os gastos de entressafra, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23/IAS 8, (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Outros assuntos: Demonstrações financeiras consolidadas:** A diretoria da Companhia elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de março de 2024 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria separado, não contendo qualquer modificação, com data de 19 de junho de 2024. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras individuais:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de junho de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP-034519/O
Marcos Alexandre S. Pupo
Contador - CRC-SP-221749/O

DocuSigned by
Estadao
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 21/06/2024 | 23:05:33 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/